

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN - FAMECOS
CURSO DE JORNALISMO

FELIPE CONTE ROCHA

**INVISIBILIDADE E EMBRANQUECIMENTO: AS DIFERENTES PERCEPÇÕES DA
AUDIÊNCIA SOBRE O REPÓRTER NEGRO NO TELEJORNALISMO**

Porto Alegre
2022

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

FELIPE CONTE ROCHA

**INVISIBILIDADE E EMBRANQUECIMENTO:
AS DIFERENTES PERCEPÇÕES DA AUDIÊNCIA SOBRE O REPÓRTER NEGRO
NO TELEJORNALISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo pela Escola de Comunicação, Artes e Design - Famecos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Canatta de Souza

Porto Alegre

2022

Dedico este trabalho à minha Nonna Dilva, que sempre me pediu para estudar, também, o que não está nos livros.

Agora eu entendo. Espero que esteja orgulhosa.

Destino a homenagem, igualmente, à minha
afilhada Sofia, responsável por
colorir nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato diário, contínuo, que não inclui só palavras, mas atitudes. Sou grato a tantas pessoas nessa minha breve jornada chamada vida, que eu espero estar sempre conseguindo agradecê-las e retribuindo à altura. A começar pela minha mãe Marcia, que nunca mediu esforços para me proporcionar tudo o que há de melhor por aqui. Inclusive, certificou-se de que, a partir do momento que eu desembarcasse nesse novo mundo, tivesse uma parceria para todas as horas. E não poderia ser uma parceira mais fiel. É com a Camille, minha irmã, que compartilho as risadas mais toscas e as escassas lágrimas que penam em escorrer dos meus olhos. Marcia é o porto seguro. Camille, a tempestade perfeita. Obrigado por tudo.

Sobre a minha trajetória acadêmica, que teve início há quatro anos, faltaria espaço nessa folha para agradecer dignamente cada um dos mestres que ajudaram a moldar o – quase – jornalista que sou hoje. Acima de tudo, o ser humano que me tornei. Dedico o primeiro agradecimento ao professor – Doutor! – Silvio Barbizan. Foram as palavras dele, com os pés na areia quente de Rainha do Mar, que me motivaram a escolher a Famecos. É nois que avoa, bruxão. Saudades! Tão logo ingressei na universidade, pude conhecer essa dupla inseparável e de qualidade indescritível: Silvio e Canatta. Tive o privilégio de aprender com ambos no Editorial J, local que me proporcionou o primeiro contato com a atividade jornalística, me preparou/projetou para o mercado e pelo qual lutei incansavelmente até sua extinção. Uma grande perda para a Famecos, inclusive. Mas voltando à dupla! Eles se tornaram, para mim, uma espécie de gurus, que podia consultar sobre a vida profissional e pessoal. Sou eternamente grato, sério!

Aliás, na Famecos, não faltam professores que se tornam mestres e amigos – e, tão logo, colegas de profissão! Não seria justo comigo mesmo se deixasse de citar o indestrutível Fábio Chelkanoff. Esse cara fez da Famecos a sua vida. E, por isso, fez da nossa vida ainda mais Famecos. Eu tive certeza que estava em casa quando entrei na tua sala naquele primeiro dia. Talvez tu não lembre, mas eu ingressei na universidade com uma semana de atraso, após exaustivamente forçar a minha saída do quartel. Cheguei ainda com o cabelo bem raspado, mas com um baita sorriso no rosto. Sorriso esse que mantenho agora com a aprovação desse TCC. Viver a Famecos faz muito bem pra saúde, se for dosado na medida certa! Boa

recuperação, mestre. Já fiz questão de te agradecer a cada conversa, mas reforço aqui mais uma vez. O teu amor pelo jornalismo influenciou diretamente no meu amor pelo mesmo. Obrigado, de coração.

A Famecos também me deu amigos que me acompanharam em boa parte desses quatro anos e que levarei para a vida. Minha eterna editora, Manu, é uma das pessoas mais fofas, profissionais e confiáveis que essa faculdade já produziu. Admiro demais a tua defesa dos Direitos Humanos e teu senso de justiça. Obrigado por todos os papos e dicas! Tu ajudou a moldar um inseguro estudante que chegava no Editorial J. Como foram bons os tempos lá! Nesse espaço, também conheci minha fiel escudeira Fabrine. O Watson para o meu Sherlock. O Robin para o meu Batman. Se bem que tu sempre foi mais protagonista nessa dupla, né? Quem nos vê hoje nem imagina que tu comprou minha amizade com uma Trakinas de morango. Sorte que eu tava facinho! Queria te dizer – reforçar aqui, na verdade – que seja no jornalismo ou fora dele, não me imagino sem a nossa parceria. Tu é uma pessoa fantástica. “Conte” comigo sempre, Ibimi.

Agora falando especificamente do TCC, o meu terapeuta Leonardo foi peça essencial nessa engrenagem. Me ajudou a lidar com as incertezas e celebrar os pequenos passos do caminho. Obrigado! É preciso saber apreciar as rosas apesar dos espinhos. Como diria o Samuka, é preciso saber viver! E outros vários merecem menção honrosa nessa categoria destinada ao Trabalho de Conclusão de Curso: minha amiga Liliane Pereira, da qual aprendo muito sobre negritude; e Camila Kieling, sempre preocupada em fornecer ótimas orientações. Gostaria de agradecer profundamente a Cristiane Finger, não só pela avaliação da monografia, mas pelo acompanhamento durante todo o curso. As tuas ponderações, sempre exigentes, capacitam os alunos para que atinjam o máximo do seu potencial. Fiquei muito honrado ao ouvir tudo o que me disse durante a banca. Minha total admiração, sempre. Ao Deivison, que recebeu a difícil missão de substituir o Fábian, gostaria de dizer que começou muito bem. Tu representa um baita acréscimo para a Famecos!

Ao Fábio Canatta, citado anteriormente, agradeço pela parceria no J, nos corredores da Famecos e na caminhada do TCC. Tuas orientações, assim como tuas visões humanitárias, políticas e futebolísticas, foram certeiras. Nos vemos nos jogos da Série A! Para finalizar, agradeço também ao Tércio Saccol, Marcelo Crispim, Flávia Quadros, Luiz Adolfo, Luiz Araújo e Moreno Osório. Nomeio esses para agradecer a todos que vivem a Famecos comigo.

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar (MANDELA, 1994).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal investigar, através de um estudo de recepção, se a diferença de raça entre duas repórteres mulheres é percebida pela audiência e, além disso, se essa condição impacta na percepção dos telespectadores quanto ao conteúdo exibido. Para isso, são utilizadas as reportagens da Carina Dourado, TV Brasil, sobre violência contra negros; e da Liliane Pereira, Record TV RS, sobre afroempreendedorismo. A pesquisa apresenta como instrumento metodológico o grupo focal, técnica que coleta dados através de interações coletivas. Após a realização da atividade, as impressões são examinadas através da Análise de Conteúdo organizada a partir das seguintes categorias: percepções da presença das repórteres; percepções da representação dos entrevistados; e percepções da linguagem usada nas reportagens. Durante a revisão teórica, são abordadas questões relacionadas à escravização dos africanos e genocídio do povo negro - Nascimento (2016), racismo - Ribeiro (2019) e Almeida (2020), linguagem no telejornalismo - Fachine (2001; 2006; 2010), e laço social - Wolton (1996; 1997). Já na Análise de Conteúdo, a principal referência é Bardin (2009). Por fim, o autor discorre sobre as diferenças nas percepções dos participantes. Em síntese, com base unicamente na amostra de estudo desta monografia, o que se percebe é que os telespectadores brancos não se sentem impactados ou demonstram desinteresse pela raça das repórteres. Os telespectadores negros, por sua vez, tendem a demonstrar preocupação com a representatividade e representação na tela de corpos semelhantes aos seus.

Palavras-chave: raça; telejornalismo; reportagem; racismo; grupo focal.

ABSTRACT

The main objective of this academic work is to investigate, through a reception study, whether the audience perceives that two reporters are of different races. Additionally, we studied whether this condition impacts the viewers' perception of the content shown. For this, the Carina Dourado's reports, TV Brasil, on violence against blacks were used; and Liliane Pereira's, Record TV RS, on Afro-entrepreneurship. The research utilizes the focus group as the study method, a technique that collects data through collective interactions. After carrying out the activity, impressions are examined through content analysis organized from the following categories: perceptions of the reporters' racial presence; perceptions of the interviewees' representation; and perceptions of the language used in the reports. The theoretical review includes issues related to the enslavement of Africans and genocide of black people - Nascimento (2016), racism - Ribeiro (2019) and Almeida (2020), language in telejournalism - Fachine (2001; 2006; 2010), and social bond - Wolton (1996; 1997). In terms of content analysis, the main reference is Bardin (2009). Therefore, the author discusses the differences in the participants' perceptions. In summary, based solely on the study sample of this monograph, it was concluded that white viewers do not feel impacted or show disinterest by the race of the reporters. Black viewers, in turn, tend to show concern about the representativeness and representation on screen of people that look similar to themselves.

Key-words: race; telejournalism; reports; racism; focus group.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Passagem da repórter Liliane Pereira durante reportagem sobre afroempreendedorismo exibida na Record TV RS.....	38
Figura 2 - Passagem da repórter Carina Dourado durante reportagem sobre violência contra negros exibida na TV Brasil.....	40
Figura 3 - Participantes do grupo focal assistem às reportagens.....	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 BRASIL, ERGUIDO POR BRAÇO NEGRO	12
2.1 ESCRAVIDÃO: OPRESSÃO E HERANÇA.....	12
2.2 AS MÚLTIPLAS FACES DA MULHER NEGRA.....	18
3 JORNALISMO E DEMOCRACIA	23
3.1 PERCALÇOS NO CAMINHO.....	23
3.1.1 A televisão como referência	26
3.2 A FORMA DE COMUNICAR NA TV.....	27
3.2.1 Reportagem televisa	28
4 PERCEPÇÕES DA AUDIÊNCIA	30
4.1 METODOLOGIA.....	30
4.2 AS REPORTAGENS APRESENTADAS.....	36
4.2.1 Record TV RS	36
4.2.2 TV Brasil	37
4.2.3. Liliane Pereira	37
4.2.4 Carina Dourado	37
4.2.5 Consciência negra na Record TV RS	37
4.2.6 Consciência negra na TV Brasil	38
4.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO GRUPO FOCAL.....	40
4.3.1 Percepção da presença das repórteres	40
4.3.2 Percepção da representação dos entrevistados	42
4.3.3 Percepção da linguagem das reportagens	44
4.3.4 Considerações sobre o grupo focal	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICE A - TRANSCRIÇÃO DA RODA DE CONVERSA NA ÍNTEGRA	59
APÊNDICE B - FORMULÁRIO PARA SABER O PERFIL DOS POSSÍVEIS CANDIDATOS	70
APÊNDICE C - FORMULÁRIO APLICADO AOS PARTICIPANTES DO GRUPO FOCAL APÓS EXIBIÇÃO DAS REPORTAGENS	71
APÊNDICE D - ENTREVISTA COM LIZIANE GUEDES SOBRE ADOÇÃO INTERRACIAL	72

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, erguido por braço negro, foi o último país do Ocidente a assinar a abolição da escravatura. A prática imposta à força por quase três séculos e meio ainda mantém diversas feridas abertas - e nítidas - na atual conjuntura da sociedade. Uma delas é a falta de representatividade e, principalmente, de proporcionalidade entre brancos e negros nos locais de destaque ou comando. Não há representação proporcional no país, mesmo que a população autodeclarada negra seja de 56,2%, segundo o censo do IBGE de 2019.

No cenário do jornalismo gaúcho, por exemplo, dos 134 profissionais envolvidos nas equipes de reportagem e na apresentação de programas dos sete principais veículos de comunicação do RS, apenas oito são autodeclarados negros. Os dados são da pesquisa “A gente não se vê por aqui: o jornalista negro no maior grupo de comunicação do Rio Grande do Sul” (2021), realizada por Gabriel Bandeira na Escola de Comunicação, Artes e Design - Famecos. Segundo o levantamento de Bandeira (2021), são eles: Fernanda Carvalho, Marck B e Seguidor F (RBS TV); Domício Grillo e Fernanda Bastos (TVE); Marcinho Bléki e Rafael Cavalheiro (SBT RS) e Liliane Pereira (Record TV RS).

Essa falta de representatividade não se limita ao jornalismo já que, ao atingi-lo, pode influenciar diretamente nas visões de mundo de diferentes públicos. Os negros, no Brasil, sofrem com o epistemicídio (termo traduzido pela Sueli Carneiro), o apagamento sistemático de produções e saberes produzidos por grupos oprimidos (CARNEIRO, 2005). Pensando nisso e partindo de motivações pessoais - como adoção da afilhada negra do autor, hoje com 4 anos - o pesquisador deste trabalho se propôs a investigar a percepção do público em relação à raça de duas repórteres mulheres - uma branca e uma negra - durante as reportagens do Dia da Consciência Negra exibidas pela TV Brasil e pela Record TV RS. O objetivo é observar se a diferença racial é percebida pela audiência e, além disso, se essa condição impacta na percepção dos telespectadores quanto ao conteúdo exibido.

Levando em conta a raça do autor e do orientador do presente trabalho, ambos brancos, torna-se relevante contextualizar o conceito de “lugar de fala”. Autora do Pequeno Manual Antirracista, a filósofa Djamila Ribeiro defende que todo mundo tem lugar de fala, pois todos falamos a partir de um local social. Essa ideia discute de que ponto as pessoas partem para pensar e existir no mundo, de acordo

com as suas experiências em comum. Dessa forma, ter consciência da prevalência branca nos espaços de poder permite que as pessoas se responsabilizem e tomem atitudes para combater e transformar o sistema racial que prejudica a todos. Nessa perspectiva, não se deve descartar a importância de não-negros estudarem sobre o assunto e contribuírem ativamente na causa antirracista (RIBEIRO, 2019).

Para isso, a atual monografia utiliza a metodologia de estudo de recepção. A pesquisa integra como instrumento metodológico o grupo focal, técnica que coleta dados através de interações para posterior análise. A primeira etapa foi definir que o grupo focal seria composto por seis estudantes de diferentes cursos que não tinham contato frequente com o mediador e que, necessariamente, formassem um coletivo de três negros e três brancos. A partir disso, o pesquisador circulou um formulário pelas redes no qual solicitava informações básicas tais como o nome completo, a idade, a autodeclaração de raça, o curso/universidade e contato. Além desses dados, o documento questionava - numa escala de 1 a 5 - a frequência com que o aluno assiste a telejornais na TV e - também de 1 a 5 - o quão antirracista se considera. Após a realização dos convites, a atividade ficou alinhada, então, com quatro meninas (três negras e uma branca) e dois meninos (ambos brancos).

A dinâmica do grupo focal foi dividida em três etapas. A primeira, que levou cerca de 10 min, representou a exibição, para os participantes, das reportagens da TV Brasil e da Record TV RS sobre violência contra negros e afroempreendedorismo, respectivamente. Finalizadas as apresentações, o autor aplicou um formulário individual com questões objetivas e dissertativas sobre o conteúdo apresentado, levando cerca de 15 min. Então, o mediador deu início à roda de conversa¹ propriamente dita, tendo como gancho alguns tópicos abordados no formulário. Ao todo, a experiência levou cerca de 70 min.

As informações adquiridas pelo pesquisador seguiram para a Análise de Conteúdo, que, pelos critérios de Bardin (2009), se organiza em torno de três etapas cronológicas: a pré-análise; a exploração do material; e a interpretação. No presente trabalho, a etapa de leitura flutuante teve início com a transcrição do grupo focal, o que resultou em 14 páginas de conteúdo. Na sequência, o autor dividiu a Análise de Conteúdo do grupo focal em três categorias, seguindo os princípios de exclusão mútua, pertinência e produtividade. Foram elas: percepções da presença das

¹ Transcrição da roda de conversa na íntegra no Apêndice A

repórteres; percepções da representação dos entrevistados; e percepções da linguagem usada nas reportagens. Na etapa seguinte, cada categoria foi contemplada com um texto interpretativo que combinou as observações desde o preenchimento do formulário, até às respostas do questionário, falas dos participantes durante o debate e percepções do autor no decorrer da atividade.

O referencial teórico, que resultou nos capítulos 2 e 3, sustenta as reflexões feitas pelo autor na presente monografia. O segundo capítulo traz uma recuperação histórica da opressão escravocrata sofrida pelos negros por mais de 350 anos de escravização no Brasil. Esse tópico se desenvolve dessa forma com a intenção de elucidar como as mazelas desse período ainda impactam na atual conjuntura do país, abordando mitos que persistem como herança e atrasam a luta por igualdade racial. A fim de sustentar a argumentação do capítulo, os principais autores utilizados foram Nascimento (2016) para tratar de escravidão e genocídio do povo negro no Brasil; Ribeiro (2019) e Almeida (2020) para abordar o racismo no país; além de Hooks (2019) e Collins (2019) para discorrer sobre a representação das mulheres negras.

No terceiro capítulo, o autor começa a discorrer sobre jornalismo, televisão e linguagem. A informação é tratada como um direito essencial a todos, sendo fornecida pelo indispensável papel da imprensa nos diferentes regimes políticos brasileiros. Os autores mais presentes em tal capítulo são Sodré (1999; 2005), para auxiliar na história do jornalismo; Wolton (1996; 1997), para apresentar o conceito de laço social; e Fachine (2001; 2006; 2010) para detalhar a linguagem no telejornalismo.

No quarto capítulo, por sua vez, é onde o autor descreve e coloca suas percepções de toda a experiência com o grupo focal. Ainda com o apoio de teóricos, como Gutmann (2012) para abordar a construção cultural no jornalismo e Sodré (2020) para falar da invisibilidade do negro, são feitas as inferências finais das análises. Já nas considerações finais, o pesquisador reflete sobre toda a trajetória da pesquisa e os indícios que esta oferece sobre o objeto em questão e o seu contexto.

2 BRASIL, ERGUIDO POR BRAÇO NEGRO

No presente capítulo, o autor vai apresentar um resumo do contexto histórico e geopolítico da participação do negro na construção da sociedade brasileira. Como alicerce para o entendimento da atual conjuntura do país, são abordadas questões econômicas, políticas e sociais desde a chegada dos escravizados. Além disso, o capítulo busca elucidar mitos que persistem como herança do período escravocrata e atrasam a luta por igualdade racial no Brasil.

2.1 ESCRAVIDÃO: OPRESSÃO E HERANÇA

Existiam diversas etnias, culturas e idiomas no continente africano antes dos europeus se apropriarem do local. O destino desses povos no Brasil começa a ser escrito tão logo os navios negreiros cruzam o oceano Atlântico abarrotados de escravos. Ou melhor dizendo, escravizados. Djamila Ribeiro, filósofa e feminista negra, precisou de tempo até perceber que a população da qual faz parte havia sido escravizada, e não era escrava por uma condição natural, ideia que mascara a culpa dos responsáveis. “Se para mim, que sou filha de um militante negro e que sempre debati essas questões em casa, perceber essas nuances é algo complexo e dinâmico, para quem refletiu pouco ou nada pode ser ainda mais desafiador” (RIBEIRO, 2019, p.8).

Recorrendo à análise etimológica das palavras, o termo escravo reduz o ser humano à condição de mercadoria, como um ser que não tem consciência sobre os rumos de sua própria vida, agindo passivamente e em estado de submissão. O vocábulo escravizado, por sua vez, denuncia o processo de violência e reforça arbitrariedade e o abuso da força dos opressores. De forma resumida, portanto, o escravo está privado de liberdade, durante o estado de servidão. Já o escravizado entra em cena como aquele que “sofreu escravização” e, por isso, foi forçado a permanecer nessa condição (HARKOT-DE-LA-TAILLE; SANTOS, 2012).

Nascimento (2016) considera que “no Brasil é a escravização que define a qualidade, a extensão e a intensidade da relação física e espiritual dos filhos de três continentes que lá se encontraram”. Na concepção do autor, durante esse convívio, os povos confrontavam-se uns aos outros no esforço épico de edificar um novo país, que tivesse uma cultura e uma civilização com seu próprio ritmo e identidade. Souza

(1983) contribui com a visão de que a sociedade escravista, ao transformar o africano em escravizado, definiu o negro como raça e, por consequência, estabeleceu o paralelismo entre a cor preta e posição social inferior.

Como reflexo disso, o Brasil se torna refém da construção histórica, sociocultural e socioeconômica baseada no mito da democracia racial, uma perspectiva romantizada de que todos os povos vivem harmoniosamente no país (APÊNDICE D). Nascimento (2016) complementa que tal expressão supostamente refletiria uma dinâmica em que pretos e brancos desfrutam de iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas. Para Guedes (2022), o primeiro passo é problematizar essa narrativa para entender que a sociedade sustenta uma ideia de que ser branco equivale a ser neutro, enquanto ser negro representa ter raça. Na contramão desse pensamento, a psicóloga defende que ser branco é estar em um dos pólos de uma relação de desigualdade, de opressão, que tem o racismo na sua estrutura.

Raça não é um termo fixo, estático. O sentido da palavra está inevitavelmente atrelado às circunstâncias do período em que é utilizado, sendo, portanto, um conceito relacional e histórico. A história das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (ALMEIDA, 2020, p. 24).

A branquitude pode ser definida como uma posição em que os sujeitos que a ocupam foram sistematicamente privilegiados no acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que são preservados na contemporaneidade (SCHUCMAN, 2015). Ribeiro (2019) afirma que se deve refutar a ideia de um sujeito universal, visto que a branquitude também é um traço identitário, porém marcado por privilégios construídos a partir da opressão de outros grupos. Ser branco, para Mbembe (2018), é uma “grande e insuperável contradição”. O autor entende que pertencer a essa classe é atribuir identidade racial aos outros e não ter uma, é uma raça que não tem raça.

Diante de tantas contradições, é preciso identificar os mitos que fundam as peculiaridades do sistema de opressão operado no Brasil e que, certamente, o da democracia racial é o mais nocivo deles. “Essa visão paralisa a prática antirracista, pois romantiza as violências sofridas pela população negra ao escamotear a hierarquia racial com uma falsa ideia de harmonia” (RIBEIRO, 2019, p. 20).

A visão traiçoeira de harmonia entre os povos reflete outro mito histórico do período escravocrata, a imagem de que a escravização foi mais branda no Brasil em relação aos vizinhos da América Latina. Durante séculos, por mais surreal que pareça, esse desprezível sistema desfrutou da fama, principalmente fora do país, de ter sido uma instituição benigna e de caráter humano (NASCIMENTO, 2016). “É danoso que, numa sociedade, as pessoas não conheçam a história dos povos que a construíram” (RIBEIRO, 2019, p.65).

Na construção do Brasil colônia, diante dos anseios parasitistas do imperialismo, o braço negro como força de trabalho foi indispensável para a manutenção da estrutura econômica estabelecida no país. “O escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, enquanto seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia” (NASCIMENTO, 2016, p.59). Por volta de 1535, o tráfico humano já operava de forma organizada no Brasil. Por quase dois séculos, os africanos foram utilizados na plantação e extração de cana-de-açúcar. No século 18, as descobertas de ouro e diamantes deram nova funcionalidade aos escravizados e, na primeira metade do século seguinte, o ciclo do café repetiu o movimento (NASCIMENTO, 2016).

Os defensores da tese da escravização menos dura no Brasil, na tentativa de reforçar esse ponto de vista, argumentam que os europeus costumavam incentivar as “nações” étnicas² e as fraternidades religiosas. A intenção por trás desse estímulo era o de enviar seus escravizados desobedientes para que eles fossem disciplinados pelos governadores das organizações e, num efeito de rebanho, mantivessem a boa ordem como o restante do grupo. Esses encontros podem ter sido responsáveis pela sobrevivência de traços da cultura africana na sociedade brasileira (BASTIDE, 1973). Aos escravizados, aliás, nunca faltou esforço para manter as tradições e valentia para enfrentar o sistema opressor, negando a versão oficial de certa aceitação ao regime e aptidão natural para o trabalho forçado. As revoltas negras se espalharam por todo o território do país desde o começo da colonização e permaneceram até às vésperas da Abolição em 1888. O mais famoso símbolo de resistência foi a República dos Palmares, em Alagoas, cuja população chegou à

²Organizações de escravos baseadas frouxamente sobre laços étnicos, eram espécies de cooperativas de socorro mútuo ou sociedades de ajuda, com implicações de cunho social e cultural.

casa de 30 mil pessoas, entre homens, mulheres e crianças. Crimes, fugas e até suicídios estavam entre as formas de insurreição (NASCIMENTO, 2016).

As mazelas da opressão escravocrata permanecem intrinsecamente nas relações atuais. Mello (1958) complementa que o negro segue sendo julgado a todo momento pelo branco, que se mostra um juiz completamente tendencioso, quando não flagrantemente criminoso. Esse julgamento não parte de um simples ato da vontade de um indivíduo, o racismo se sustenta como um sistema de opressão que nega direitos (RIBEIRO, 2019). Seguindo por esse mesmo raciocínio, Almeida (2020) se preocupa em conceituar o racismo de três maneiras, levando em consideração suas relações com a subjetividade, Estado e economia, são elas: individualista, institucional e estrutural. A primeira concepção, mais rasa e infundada, limita o olhar sobre o preconceito a aspectos comportamentais, levantando a ideia de que não haveria sociedades ou instituições racistas, apenas indivíduos que agem isoladamente ou em grupos.

Tendo marcado um avanço teórico no estudo das relações, a teoria do racismo institucional traz o preconceito como resultado do funcionamento das instituições do país, as quais conferem, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça. Esse ponto de vista trata o poder como elemento central da relação racial, preservando, portanto, a hegemonia dos grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade (ALMEIDA, 2020). “A questão é que é irrealista que numa sociedade como a nossa, de maioria negra, somente um grupo domine a formulação do saber” (RIBEIRO, 2019, p. 65). Ainda nesse escopo, Sodré (2015) observa que, como instituição, o racismo midiático é suscitado por negação, recalcamento e estigmatização. A negação representa a invisibilização do problema, o recalcamento se refere à falta de destaque para aspectos identitários positivos da origem negra, enquanto a estigmatização surge por meio da desqualificação dos aspectos físicos do negro.

A concepção de racismo estrutural aponta como causa do problema a própria estrutura social, ou seja, a viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O processo histórico e político imposto no Brasil por séculos cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática.

Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas. (ALMEIDA, 2020, p. 52).

Ribeiro (2019) esclarece que não se trata de se sentir culpado por ser branco, a questão é de se responsabilizar. Diferente da culpa, que leva à inércia, a responsabilidade gera ação. Se o primeiro passo é esforçar-se para desnaturalizar o olhar condicionado pelo racismo, o segundo deve ser criar espaços, principalmente em lugares que pessoas negras, historicamente, não costumam acessar. Diante das perspectivas pontuadas até aqui, torna-se nítida a importância de rechaçar o discurso de meritocracia no Brasil. Em um país tão desigual, a valorização do suposto mérito individual assegura a manutenção do cenário de desigualdade, de miséria e de violência. “Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo que estava ao seu alcance” (ALMEIDA, 2019, p. 82).

Souza (2022) colabora ao identificar no Brasil, tanto quanto em países como Inglaterra e França, uma naturalização da desigualdade por meio da sutil violência da ideologia da meritocracia. O “sucesso” na escola ou no mundo do trabalho no contexto do capitalismo, segundo o autor, depende da existência do que chama de certas condições psicossociais, como disciplina, autocontrole, pensamento prospectivo. Os indivíduos das classes privilegiadas recebem esses privilégios invisíveis pela socialização familiar, pela incorporação afetiva e inconsciente do exemplo dos pais. Tudo isso também se reflete na desigualdade salarial, visto que há pessoas que recebem salários menores do que outras, ainda que com a mesma formação, exercendo as mesmas funções e com jornadas superiores. Pesquisa realizada³ em 2021 mostra que, em razão da cor da pele, trabalhadoras pretas e pardas recebem salários, em média, 26,5% inferiores aos das mulheres brancas e 40% menores que os dos homens brancos.

Determinados grupos, é o caso de negros e mulheres, costumam estar alocados nos postos de trabalho considerados precários e, ainda, figuram entre as

³ “Desigualdade salarial entre gêneros ainda é um problema no Brasil”, disponível em <https://bit.ly/3Ef2pzR>

maiores taxas de desemprego (ALMEIDA, 2020). Até 1950, para se ter uma ideia, era possível encontrar anúncios procurando funcionários com a explícita advertência: “não se aceitam pessoas de cor”. No ano seguinte, com a promulgação da lei Afonso Arinos que proibia a discriminação racial no país, as mensagens se tornaram mais sofisticadas, solicitando apenas “pessoas de boa aparência” (NASCIMENTO, 2016).

A marginalização das mulheres pretas no mercado de trabalho obriga elas a se aventurarem no empreendedorismo que, na verdade, não passa da precarização dos postos nos quais estão inseridas. Oliveira L. (2020) enxerga as mulheres negras ocupando as piores posições de renda na sociedade, perdendo seus direitos, novamente, tanto para as mulheres brancas, quanto para os homens brancos e negros. Segundo dados do IBGE, cerca de 51% dos brasileiros que empreendem são pretos ou pardos. Destes, 52% são mulheres (GUIMARÃES, 2021).

Nascimento (2018) ao reproduzir a explicação feita por uma representante do Coletivo das Pretas⁴ durante evento realizado em 2015, aponta que o afroempreendedorismo e o empreendedorismo negro, apesar de usados como sinônimos, apresentam uma sutil diferença no tipo de negócio. O empreendedor negro é aquele que se autodeclara preto ou pardo e que desenvolve seu negócio sem qualquer referência a questões etnicorraciais em seus produtos ou serviços. O afroempreendedor, pela visão da representante, necessariamente produz e/ou oferece serviços que estejam relacionados com a valorização da identidade estética/cultural africana e afro-brasileira. Por conta do engajamento com a causa antirracista, é possível afirmar que o afroempreendedorismo, além de um modelo de negócio, enquadra-se em um ato político de resistência da cultura negra.

O afroempreendedorismo busca criar oportunidades e espaços para que o dinheiro circule entre pessoas negras envolvidas no processo de confecção, venda, divulgação e compra. Logo, apresenta como fator determinante o caráter social e a sustentabilidade para que todas/os as/os envolvidas/os no processo possam se desenvolver mutuamente e a partir disso transformar a realidade social e econômica na qual estão inseridas/os (SANTOS E SÁ, 2018, p. 202)

⁴ Coletivo de mulheres negras e afroempreendedoras, localizado em Vitória, Espírito Santo.

2.2 AS MÚLTIPLAS FACES DA MULHER NEGRA

Como já mencionado na subdivisão anterior do capítulo, historicamente, o homem branco é tido como o sujeito universal na sociedade, reforçando o quanto a mesma é baseada em uma lógica machista, além de racista. Simone de Beauvoir (2009), inserida na sociedade francesa de 1949 cujo conservadorismo impunha diversas proibições à vida das mulheres, denuncia que o sexo feminino é o “outro” do homem, sendo concebida num papel de submissão e dominação. A mulher negra, por sua vez, sofre diante da dupla opressão de uma sociedade supremacista branca, por ser justamente a antítese da branquitude e da masculinidade (RIBEIRO, 2016). A pesquisadora Joice Berth aponta que não teve a oportunidade de se descobrir negra, visto que foi precocemente acusada de sê-la (BERTH, 2019).

O pensamento de que a mulher é mais frágil está associado à lógica de paternidade e proteção que historicamente o discurso dos homens brancos destinou às mulheres brancas. Acontece que, por outro lado, as mulheres negras nunca foram tidas como detentoras dessa dita fragilidade feminina, já que sempre trabalharam, tanto como escravas nas lavouras ou após o período escravocrata, como vendedoras autônomas e prostitutas (CARNEIRO, 2001).

Enquanto homens negros e mulheres brancas podem ser opressores e oprimidos, as mulheres negras se encontram somente no lugar de oprimidas. As mulheres brancas são oprimidas pelo sexismo, mas podem agir como opressoras para com as pessoas não brancas; os homens negros são oprimidos pelo racismo, enquanto podem agir como opressores para com as mulheres, tanto brancas quanto negras (HOOKS, 2019, p. 45-46).

Nascimento (2016) explica que o Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal da família e o preço dessa herança foi pago pela mulher negra, não só durante o regime escravocrata. A proporção de africanas para africanos escravizados estava perto de uma para cinco. As relativamente poucas mulheres que existiam estavam automaticamente impedidas de estabelecer qualquer estrutura familiar estável. A relação de abuso imposta pelos senhores ilustra um dos aspectos mais repugnantes da classe portuguesa, a qual também cultivava o costume de manter prostitutas negro-africanas como meio de renda (NASCIMENTO, 2016).

“Não há crime maior do que destituir um ser humano de sua própria humanidade, reduzindo-o à condição de objeto” (BEAUVOIR; apud RIBEIRO, 2019, p.26). Da exploração sem escrúpulos da mulher negra resultou o processo de miscigenação, erguido como um fenômeno de puro e simples genocídio. O “problema” europeu seria resolvido, aos poucos, pelo embranquecimento das novas gerações e conseqüente eliminação da população afrodescendente. Aparece, novamente, a retórica da democracia racial ao enfatizar a popularidade da “mulata” - o termo será comentado em seguida - como prova de abertura e saúde das relações de raça no Brasil (NASCIMENTO, 2016).

Enquanto a mulher preta continuou designada à função original de trabalho compulsório, restou à mestiça - a negra menos retinta, o “produto” do prévio estupro - o novo papel de prostituição (NASCIMENTO, 2016). Silva (2018) levanta a discussão de que, diante da impossibilidade de homens brancos assumirem relação com uma mulher negra - carregada de estereótipos negativos advindos da escravização - foi necessário conceber uma figura que estivesse parcialmente livre da discriminação. A mulata é, portanto, não só fruto do estupro como do preconceito racial e sexista e representa a negação da mulher negra. Nascimento (2016) interpreta que as construções de negro e mulato vão além da cor da pele, visto que o embranquecimento racial no Brasil é etnológico e político e, por isso, demanda posições de dominação na sociedade capitalista.

Na subdivisão anterior do capítulo, foi feita a sugestão de troca no uso da palavra escravo por escravizado, que melhor traduz a bagagem histórica carregada pelos africanos. Outra mudança significativa no vocabulário relativo à escravização se refere às palavras mulato e mulata. Há movimentos negros brasileiros que refutam a utilização do termo por conta de sua origem, derivada do latim ‘mulus’ e atualizado para ‘mula’, animal que surge do cruzamento de duas raças diferentes – o asno e a égua. No século XVI, derivou-se na América hispânica para ‘mulato’ como uma analogia ao caráter híbrido da mula, considerado uma raça inferior já que não possui a possibilidade de reprodução (SILVA, 2018).

Outro argumento em defesa da extinção da palavra se dá por conta da falsa impressão de democracia racial que existe no país, associado à representação da mulher negra ou mestiça através do corpo branqueado e hiperssexualizado (SILVA, 2018). Situado no meio do caminho entre a casa grande - local onde morava o senhor de engenho e sua família - e a senzala - alojamento destinado aos

escravizados - o homem mestiço prestou serviços importantes à classe dominante durante o período escravocrata. Parte da população mulata desempenhou as funções de capitão-de-mato, responsável pela captura dos africanos fugidos, e feitor nos postos comerciais, além de outras tarefas de confiança dos senhores. No entanto, a posição do mulato - como ficou conhecido por séculos - “equivale àquela do negro: ambos vítimas de igual desprezo, idêntico preconceito e discriminação, cercados pelo mesmo desdém da sociedade brasileira institucionalmente branca” (NASCIMENTO, 2016, p.84).

Os mestiços - atualmente também denominados de pardos - compõem, ao lado dos pretos, a comunidade autodeclarada negra. Esse grupo representa 56,2% da população brasileira, segundo o último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2019. A mesma pesquisa também indica o total de mulheres como maioria no país, representando quase 52%. Mesmo que o Brasil seja predominantemente negro e feminino, esses públicos são vistos como “minorias” quando, segundo Schwarcz (2020), tratam-se de “maiorias minorizadas”. A professora explica que negros e mulheres fazem parte das maiorias minorizadas na representação, ao mesmo tempo que denuncia a falta de diversidade no Congresso, Senado e Supremo Tribunal Federal. A questão, para além de representatividade, é de proporcionalidade. Não há representação proporcional no país (BERTH, 2019).

Apesar do avanço notável de representatividade nas últimas décadas, é inconcebível a impressão de que foi suficiente. Não basta ter um ou dois negros na empresa, na TV, no museu, no ministério, na bibliografia do curso. “Se a população negra é a maioria no país, quase 56%, o que torna o Brasil a maior nação negra fora da África, a ausência dessas pessoas em espaços de poder deveria ser algo chocante” (RIBEIRO, 2019, p.32).

Além do inquietante problema da falta de diversidade em inúmeros âmbitos da conjuntura brasileira, a forma com que os públicos historicamente oprimidos são representados também gera bastante incômodo. A difusão da representação extremamente negativa do negro no Brasil por meio de vários mecanismos alimenta o imaginário social, onde há a crença da superioridade das pessoas de pele branca (SKIDMORE, 1976). No documentário A negação do Brasil, o diretor Joel Zito Araújo analisa a influência das telenovelas no imaginário coletivo nacional, enquanto faz

uma denúncia contra o racismo televisivo e o papel estereotipado destinado a atores negros e atrizes negras (RIBEIRO, 2019).

Os estereótipos referem-se a generalizações positivas ou negativas construídas socialmente, sendo fruto de uma percepção social falsa que leva à fixação de características a todos os indivíduos de um mesmo grupo, como se apenas um sujeito representasse todo o coletivo ao qual estivesse vinculado (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017). Collins (2019) analisa que as mulheres negras são representadas através de imagens de controle, estereótipos construídos por uma ideologia racista e sexista, que busca manter as formas de dominação sobre elas, determinando seu lugar como o outro na relação com os demais sujeitos. A autora entende que essas determinadas representações, advindas do passado colonial já repetidamente mencionado no subcapítulo anterior, são cotidianamente atualizadas, com o objetivo de naturalizar as desvantagens enfrentadas no acesso aos bens e oportunidades produzidos pelas sociedades.

Hall (2015) considera o estereótipo como uma forma hegemônica e discursiva de poder, típica de um regime racializado de representação. O autor reforça o poder cultural e simbólico que as representações possuem para marcar, classificar e hierarquizar o mundo em oposições binárias. A identidade é um processo em constante progressão e transformação e, por isso, o sujeito não está preso a uma única identidade ao longo da vida, fixa e imutável; antes, ele transita constantemente através de múltiplas identidades, as quais são instáveis, processuais e frequentemente efêmeras.

Para o público feminino negro, o assunto é ainda mais delicado. A intervenção no corpo e no cabelo vai além da vaidade, é uma questão identitária que delimita um conflito existente no próprio corpo negro. O cabelo de origem afro é o elemento que imprime a marca da negritude nesses indivíduos, materializando e corporificando a identidade negra (GOMES, 2006, apud BARBOSA, 2018). Hooks (2005) exemplifica o quanto as mulheres negras percebem seu cabelo como um inimigo, como um problema que deve ser resolvido imediatamente, como um território que deve ser conquistado a todo custo. Sobretudo, é uma parte do corpo da mulher negra que deve ser domada.

Em *Olhares Negros*, a autora analisa narrativas culturais e discute formas de observar a negritude, a subjetividade das pessoas negras e a branquitude. Um dos ensaios mencionados na obra apresenta um recorte de como mulheres negras

“feridas”, que não estão em processo de recuperação, interagem e, principalmente, enxergam umas às outras. O resultado do estudo reforça, sobretudo, a influência negativa dos sistemas racista e machista de dominação para a autoestima e visão de mundo das oprimidas por eles.

Nós não amamos a nós mesmas, por isso não podemos amar uma à outra. Porque vemos no rosto da outra o nosso próprio rosto, o rosto que nunca deixamos de querer. Porque sobrevivemos, e sobreviver gera o desejo de ter mais de nós mesmas. Um rosto que nunca deixamos de querer, ao mesmo tempo que o tentamos destruir. Por que não nos olhamos nos olhos? Esperamos pela traição no olhar da outra, ou pelo reconhecimento? (LORDE; apud HOOKS, 2019).

No entanto, Lorde (1984) pontua que, para as afro-americanas, o ouvinte mais capaz de romper a invisibilidade criada pela objetificação das mulheres negras é outra mulher negra. Essa relação de respeito e confiança umas nas outras pode parecer intimidador, visto que somente mulheres negras sabem o significado de existir como mulher negra. “Mas se não nos escutarmos umas às outras, quem vai nos escutar?”, questiona Patricia Hill Collins.

A vida das mulheres negras consiste em uma série de negociações que tentam conciliar as contradições das próprias imagens internas de mulheres afro-americanas com a objetificação das mesmas como o “outro”. Essa confusão faz com que essas mulheres tenham que viver duas vidas - uma para “eles e uma para nós mesmos” - fruto da construção de autodefinições independentes em um contexto em que a imagem de mulher negra permanece depreciada (COLLINS, 2019). Willians (1905), por sua vez, nunca enxergou as afro-americanas como vítimas indefesas, mas como resistentes, obstinadas e irreprimíveis. “Por mais que seja vista de forma mesquinha e encontre dificuldade onde quer que vá, ela sempre faz algo digno de mérito e crédito, algo que não se espera dela.” Para a educadora, ainda que a mulher negra seja insultada ou desprezada, mantém sua cabeça erguida e exige respeito orgulhosamente.

3 JORNALISMO E DEMOCRACIA

No presente capítulo, o autor vai tratar a informação como um direito essencial a todos e, para isso, abordar o indispensável papel da imprensa nos diferentes regimes políticos brasileiros. Além disso, o capítulo busca reforçar a importância da televisão no Brasil e aproximar o leitor da linguagem no telejornalismo.

3.1 PERCALÇOS NO CAMINHO

A imprensa, no Brasil, teve um início tardio se comparado com os países vizinhos da América do Sul. Para Melo (2003) e Sodré (1999), uma série de questões justificam o surgimento da imprensa apenas no século XIX, tais como o tipo de colonização - no qual teve um longo período entre a ocupação e a organização administrativa - a demora na urbanização e o limitado grau de instrução na colônia. A prática chega ao país no momento da vinda da corte portuguesa, em 1808, quando fugia das tropas francesas e espanholas de Napoleão Bonaparte. Com a transferência da família real, o Brasil ganhava a alcunha de Reino Unido de Portugal, sendo a nova sede para o império.

Durante o período da independência, às vésperas de 1822, os periódicos impressos conhecidos por “pasquins” representavam a primeira forma de “imprensa popular”. Sodré (1999) explica que o pasquim sempre esteve associado à contestação política e social, tornando-se, por conta disso, alvo frequente de repressão e censura. Posteriormente, já com o fim dos pasquins, a estrutura jornalística da época enfrentava um período de reordenamento, acompanhando as mudanças políticas presentes no país.

A causa abolicionista foi uma das pautas que recebeu maior atenção da imprensa político-partidária. Diante da intensa pressão, a abolição da escravatura - que já estava em vigor nos demais países - foi proclamada no Brasil, ao mesmo tempo em que a escalada de protestos exigia a mudança do regime político para a República. Em 1887, a imprensa republicana - principal responsável pelos posicionamentos contrários à escravidão e império - contava com setenta e quatro jornais espalhados por todo o país. A agitação social em decorrência da Lei Áurea

se manteve até a confirmação da Proclamação da República, no ano seguinte (SODRÉ, 1999).

A prova de fogo - ou chumbo - do jornalismo aconteceu 75 anos mais tarde, durante a Ditadura Militar de 1964. A censura imposta pelos militares impedia a publicação de reportagens, artigos, entrevistas, documentos e materiais artísticos que pudessem, no juízo dos censores do regime, afetar a “segurança nacional” e a “ordem pública” do país. Portarias e decretos governamentais proibiam, também, o funcionamento de determinadas publicações opositoras, sob a mesma justificativa. Nesse contexto, inúmeros jornalistas foram cerceados e, com frequência, impedidos de cumprir o propósito da profissão: informar os leitores com liberdade (MORAES, 2014).

Na ditadura, as autoridades defendiam que “se a liberdade de imprensa era condição necessária para a democracia, para a democracia ‘aperfeiçoada’ seria fundamental uma imprensa ‘aperfeiçoada’, sob a tutela dos militares” (ARAÚJO, 2005). Desde o golpe de 1964, o qual foi apoiado por boa parte da grande mídia, até 1968 - quando foi decretado o AI-5, decreto mais duro do período - a imprensa noticiava a existência de movimentos, partidários ou populares, de protesto contra o regime. Embora já houvesse algum controle na elaboração de conteúdos no âmbito informativo e cultural, a intervenção do regime na imprensa ocorria em casos esporádicos, por meio de advertências em bilhetes ou telefonemas aos proprietários dos jornais. Com a implementação do Ato Institucional quinto - de uma série de 17 - os proprietários de jornais e os profissionais da área passaram a sentir o impacto e a violência da censura (ROSSI, 2008).

Com a decadência da Ditadura Militar, a TV foi ganhando cada vez mais espaço e se consolidando como o veículo de comunicação com forte apelo junto ao público. O estilo do telejornal se aproximava cada vez mais do modelo americano. Era uma bancada de apresentadores que iam “chamando” as reportagens simultaneamente (MELLO, 2009).

Capelato (1988) usa Wilhelm Bauer para afirmar que o jornal é uma verdadeira mina de conhecimento, sendo fonte de sua própria história e das situações mais diversas, meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele, costuma-se encontrar dados sobre as sociedades, além das suas práticas, seus costumes e seus informes sobre questões econômicas. A imprensa também acaba

desempenhando um papel de arquivo da história, preservando a transmissão e relato dos fatos na época que ocorreram.

Na verdade, o que aproxima o ofício do jornalista ao trabalho do historiador é o olhar com que deve focar os fatos. Não se procura a verdade dos fatos, mas tão somente interpretar, para, a partir de uma interpretação – onde não se nega a subjetividade de quem a realiza – tentar registrar um instante, no caso do jornalismo, ou recuperar o instante, no caso do historiador (BARBOSA, 1998, p.87).

Com a redemocratização do Brasil após 21 anos mergulhado na escuridão da ditadura, tornou-se clara a necessidade de um conjunto de normas que garantissem os direitos da população brasileira e estabelecessem os deveres do Estado com cada cidadão do país. Nasceu, então, a Carta Magna que rege a sociedade até hoje.

Park (1970) entende o jornalismo como uma forma de conhecimento importante na concepção da realidade, posicionando-o como uma instituição social, na qual autoridades públicas e a sociedade civil se comunicam de forma indireta para discutir políticas públicas. Na concepção do autor, o jornalista, além de desempenhar o papel de mediador, tem uma função pedagógica. Christofolletti (2008) enxerga que as narrativas cotidianas produzidas pela imprensa são compostas também de pessoas e de instituições e suas histórias, tendo efeito direto nas suas imagens no imaginário popular. Portanto, para ele, a mídia pode contribuir para o julgamento social de pessoas e organizações.

Sob a proteção da Constituição de 1988, nenhuma autoridade decide com antecedência o que o público tem ou não o direito a ler, ouvir e assistir. O parágrafo segundo do artigo 220 estabelece que “é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística”. O parágrafo anterior garante o trabalho do jornalista sem interferências, ao apontar que “nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social”.

No entanto, nem mesmo constituições bem projetadas são capazes, por si mesmas, de garantir a democracia. Como qualquer conjunto de regras, elas têm inúmeras lacunas e ambiguidades, além de permitirem diferentes interpretações sobre as mesmas linhas do documento. Nenhum manual de operação, não importa o quão detalhado seja, será capaz de antecipar todas as hipóteses possíveis ou prescrever o modo de agir diante de cada uma das circunstâncias. Em função

dessas brechas, não é possível confiar que apenas as constituições assegurem a democracia contra autoritários potenciais (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Na interpretação dos autores Levitsky e Ziblatt (2018), o colapso da democracia não ocorre mais, especificamente, por meio de gestos autoritários como golpes militares. Eles denunciam um lento processo de desgaste das instituições liderado por líderes populistas, que promovem a ignorância política e atacam os órgãos democráticos como meio de potencializar ambições políticas pessoais. O caso do presidente brasileiro Jair Bolsonaro é exemplar nesse sentido. Muitos dos textos que destacam esse aspecto do problema se valem do termo “populismo” para descrever esse tipo de comportamento (MOUNK, 2019; LEVITSKY & ZIBLAT, 2018).

3.1.1 A televisão como referência

Patrick Charaudeau (2016) enxerga a TV como “um espaço cidadão de discussão, sem o qual não há democracia razoável”. Esse conceito é reforçado por Wolton (1996), que define a televisão como um meio em que as diferenças coexistem e ganham visibilidade: ricos e pobres, jovens e velhos, pessoas de direita e de esquerda assistem aos mesmos programas e veem realidades que de outra maneira seria impossível. Por essa ótica, a TV serve como um elemento que “fura a bolha” do telespectador e permite que ele crie empatia com, ou vislumbre, a realidade vivida por terceiros. O laço social pode se constituir por meio da televisão porque o telespectador, ao assistir à programação, nunca está sozinho. Há outra pessoa, em outro local ou domicílio, que assiste simultaneamente a um programa. Ocorre o que o autor chama de “uma espécie de laço invisível”, que se fortalece na partilha e repercussão do conteúdo assistido (WOLTON, 1996).

O telejornalismo, nessa posição de referência, representa um “lugar” íntimo aos brasileiros, que se aproxima ao da família, dos amigos, da escola, da religião e do consumo. “Assistimos à televisão e vemos o mundo, ele está, ele nos vê” (VIZEU; CORREIA, 2007).

Corroborando com a ideia de proximidade com o canal, o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia revelou, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2016⁵, que dos 69,3 milhões de domicílios particulares

⁵ Pesquisa disponível em > <https://bit.ly/3SlvhLQ> < acessada em 02 de outubro.

permanentes no país, apenas 2,8%, ou 1,9 milhão, não possuíam televisão. O número supera o da presença de geladeiras nos lares brasileiros, por exemplo. No ano seguinte, o levantamento do IBGE mostra que a Internet era utilizada em 82,7% dos domicílios. De todas as casas pesquisadas, em 96,3% havia um aparelho de televisão.

3.2 A FORMA DE COMUNICAR NA TV

Como já pontuado no primeiro tópico do capítulo anterior, a análise etimológica de vocábulos mostra que os próprios carregam pontos de vista e bagagens históricas. Portanto, torna-se imprescindível questionar e, quando necessário, renovar o vocabulário para que esse não viole os Direitos Humanos. Para o telejornalismo, com a relevância e alcance reforçados acima, o cuidado não pode se limitar ao conteúdo da mensagem, mas também devem se atentar à forma e à representação que são expostas aos telespectadores. A produção jornalística no Brasil tem cor e gênero. Até quando as temáticas abordadas se mostram de cunho social mais inclusivo, muitas vezes, o responsável por transmitir a mensagem é um homem branco.

Na TV, o principal veículo de comunicação de massa do Brasil, a falta de representatividade do negro influencia não só na constituição da própria identidade do telespectador que integra essa população, como na forma como ela é vista pelos demais (MARTINS, 2015). Diante da falta de semelhança nos veículos de massa, Sodré (2015) expõe que essa realidade obriga o negro a procurar reconhecimento no branco. O autor acrescenta que, além do preconceito, existe a autodiscriminação, que ocorre de forma inconsciente devido à internalização pelo negro de imagens negativas sobre si mesmo (SODRÉ, 2015).

Fechine em conjunto com Abreu e Lima (2010) debruçaram-se sobre os diversos gêneros textuais noticiosos que compõem a principal estrutura jornalística: o telejornal. Com objetivo de dar ritmo ao jornal e prender a atenção da audiência, os editores costumam alternar diferentes formas de notícia, tais como suas respectivas temáticas. Dividido em blocos, a maioria dos telejornais procura usar o primeiro bloco para impactar o telespectador; tendo nos blocos do meio, o objetivo de conservá-lo; e no último, entretê-lo a partir de temas mais leves. Por exemplo, bloco 1 (ênfase no factual); bloco 2 (serviço e comunidade); bloco 3 (estúdio e seções);

bloco 4 (entretenimento/comportamento), sempre variando de acordo com o perfil editorial de cada telejornal (FECHINE, 2010).

Quanto aos elementos que compõem o telejornal, de forma resumida, as notas lidas ao vivo, conhecidas por notas “simples” ou “peladas” costumam ser rápidas, ocupando menor espaço no telejornal. A nota “coberta” tem função similar, diferenciando-se pela associação a imagens. O boletim, por sua vez, é caracterizado pela transmissão da informação - gravada ou ao vivo - por um repórter diretamente do local do acontecimento. Já a reportagem, considerada a mais completa e complexa forma de apresentação da notícia, é utilizada para transmitir fatos de ampla repercussão, assim como os de utilidade pública.

3.2.1 Reportagem Televisiva

“É a matéria jornalística que fornece um relato mais ampliado do acontecimento, mostrando suas causas, correlações e repercussões” (REZENDE, 2000). Barbeiro e Lima (2005) complementam que é a melhor forma de passar as informações para que o telespectador possa tirar suas conclusões a respeito do fato relatado. De duração mais longa que os demais formatos de notícia no telejornal, ela incorpora todas as formas de apresentação utilizadas nos demais gêneros, tais como texto, imagens, presença do apresentador, repórter, entrevistados, além de outras formas adicionais. Cruz Neto (2008) sintetiza a composição da reportagem como a presença do repórter no vídeo, várias entrevistas feitas por ele, vários trechos de áudio cobertos com imagens, podendo ter, ainda, o áudio local em sobressom.

Os elementos mais recorrentes são o *off*, a passagem (também chamada por vezes de *stand up*), as sonoras, a cabeça e a nota complementar (também chamada de nota-pé). Rezende (2000) divide a reportagem basicamente em cinco partes: a cabeça, o *off*, o *stand up* (mais conhecido pelo termo *passagem* quando encarado no nível enunciativo da reportagem), as sonoras e o pé (também chamado de nota-pé). Simplificando, a cabeça da matéria define-se pela introdução da notícia pelo locutor ao vivo. O *off* diz respeito ao texto do repórter coberto por imagens ligadas ao fato relatado. Já o *stand up* é quando o repórter narra o ocorrido no local do acontecimento. As sonoras, por sua vez, são os trechos aproveitados das

entrevistas feitas pelo repórter; e o pé por um breve texto de fechamento da matéria lido pelo apresentador (FECHINE, 2010).

No manual de telejornalismo de Paternostro (2006), a autora conceitua a passagem como uma “gravação feita pelo repórter no local do acontecimento, com informações, para ser usada no meio da matéria” e ressalta a importância da notícia em detrimento da aparição do repórter. O repórter pode fazer uma passagem ao lado do entrevistado, já encaminhando para uma entrevista, ou pode fazer uma passagem ligando um tema e outro da mesma matéria (PATERNOSTRO, 2006).

Já para Maciel (1995), a passagem é o recurso utilizado para, conduzindo a narrativa, mostrar aspectos importantes que de outra maneira não seriam ressaltados para o telespectador. Yorke (1998), por sua vez, enfatiza a passagem como forma de atribuir credibilidade ao repórter na narração dos fatos. O autor a define como uma comunicação direta do profissional com o público através da câmera, cujo objetivo principal é “provar ao telespectador que os repórteres estão onde dizem que estão”. O termo sonora representa genericamente toda fala dos entrevistados nas reportagens (sejam eles especialistas, testemunhas, autoridades, personagens, entre outros).

Outro elemento que é bem conhecido no meio telejornalístico é o off. Ele pode ser definido tecnicamente como “as vozes ou sons presentes numa gravação sem o aparecimento da imagem da sua fonte geradora” (SQUIRRA, 2004). Em oposição à passagem e à sonora, nas quais o texto oral é manifestado pela imagem da própria fonte em ação (o repórter e o entrevistado em cena, respectivamente), o off pode ser definido genericamente como um “texto gravado pelo repórter sem que o rosto dele esteja no vídeo” (PRADO, 1996). Cruz Neto (2008) coloca que a função do texto não é descrever a imagem, e sim explicá-la. Nesse sentido, os editores de imagem podem se utilizar de mapas, selos, gráficos, desenhos, cartões, ou outras ilustrações que auxiliem no entendimento da mensagem.

Os elementos visuais alinhados a um texto ‘familiar’ ao telespectador contribuem para a intensidade da comunicação. As palavras e as estruturas das frases precisam se parecer com uma conversa, tendo sido escolhidas as mais apropriadas para traduzir o significado e a circunstância da história que será contada. Se o telespectador se distrair, a culpa recai sob os comunicadores responsáveis pelo telejornal (PATERNOSTRO, 1999).

4 PERCEPÇÕES DA AUDIÊNCIA

No presente capítulo, o autor vai apresentar o objeto de estudo, explicar os instrumentos metodológicos utilizados no decorrer de todo o processo, analisar as informações de forma qualitativa e apresentar os resultados possíveis.

4.1 METODOLOGIA

A metodologia de um estudo equivale à discussão epistemológica sobre a trajetória que o tema ou o objeto de investigação requer. Para tratar do problema proposto, sobre a percepção do público em relação à raça de repórteres no telejornalismo, o presente trabalho utiliza como procedimento metodológico o estudo de recepção. A pesquisa integra como instrumento metodológico o grupo focal, técnica que coleta dados através de interações para posterior análise. Uma vez coletados, serão examinados através da Análise de Conteúdo que, segundo Bardin (1979), representa um conjunto de técnicas de observação das comunicações que visam a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a conclusões de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens.

O grupo focal (GF) é um método costumeiramente utilizado nas áreas de educação e saúde, servindo para o entendimento de diferentes percepções e atitudes acerca de um fato, prática, produto ou serviço. A técnica surge no final da década de 1940 com origem anglo-saxônica. Desde então, tem sido utilizada como metodologia de pesquisas sociais, principalmente aquelas que trabalham com avaliação de programas, marketing, regulamentação pública, propaganda e comunicação (STEWART; SHAMDASANI, 1990).

O número de participantes no grupo focal deve ser tal que estimule a participação e a interação de todos, de forma relativamente ordenada. Dias (2000) indica que, por experiência prática com dinâmicas de grupo, pode-se considerar que seis pessoas são suficientes para promover uma discussão. Com menos de seis pessoas, as ideias e interações tendem a ser mais esparsas e há maior probabilidade de algumas pessoas se sentirem intimidadas pelos mais extrovertidos. Grupos com mais de 10 pessoas, por outro lado, são mais difíceis de serem gerenciados quanto ao foco da discussão e à distribuição do tempo disponível para a

participação efetiva de todos. As sessões dos grupos focais têm duração média de uma a duas horas (JESUS; LIMA, 2012).

Scrimshaw e Hurtado (1987) identificam como atribuições do moderador: (a) introduzir a discussão e a manter acesa; (b) enfatizar para o grupo que não há respostas certas ou erradas; (c) observar os participantes, encorajando a palavra de cada um; (d) buscar as "deixas" de comunidade da própria discussão e fala dos participantes; (e) construir relações com os informantes para aprofundar, individualmente, respostas e comentários considerados relevantes pelo grupo ou pelo pesquisador; (f) observar as comunicações não-verbais e o ritmo próprio dos participantes, dentro do tempo previsto para o debate. Gondim (2002) apresenta uma lista básica de regras para esta ocasião, a saber: 1) falar uma pessoa de cada vez; 2) evitar discussões paralelas para que todos possam participar; 3) dizer livremente o que pensa; 4) evitar o domínio da discussão por parte de um dos integrantes; 5) manter a atenção e o discurso na temática em questão.

Sob a perspectiva do moderador, a técnica não é tão flexível assim. Antes da reunião propriamente dita, há um planejamento sobre o que deve ser discutido e quais são os objetivos específicos da pesquisa. Em geral, o moderador atua no grupo de maneira a redirecionar a discussão, caso haja dispersão ou desvio do tema pesquisado, sem, no entanto, interromper bruscamente a interação entre os participantes (DIAS, 2000).

Realizado o grupo focal, o pesquisador analisou as informações obtidas a partir do instrumento de pesquisa da Análise de Conteúdo, que se organiza em torno de três etapas cronológicas: a pré-análise; a exploração do material; além do tratamento dos resultados, da inferência e da interpretação. A primeira fase tem por objetivo a organização e a principal atividade desse estágio é conhecida por leitura flutuante, na qual se estabelece contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações. Essa leitura se torna mais precisa ao passo que surgem hipóteses, projetam-se teorias e imaginam-se possíveis técnicas de aplicação sobre o material (BARDIN, 2009).

No presente trabalho, a etapa de leitura flutuante teve início com a transcrição do grupo focal. As participações dos integrantes foram transcritas literal e integralmente, resultando em 14 páginas de conteúdo. Tendo a transcrição completa, o material foi relido duas vezes, quando foram feitas as primeiras anotações sobre ele. Além disso, essa fase também contou com a tarefa de assistir

novamente a gravação em vídeo para perceber as reações de cada um diante da fala de terceiros.

A segunda fase da AC, segundo Bardin (2009), é de exploração do material, na qual consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas. A categorização consiste na divisão das componentes das mensagens analisadas em rubricas ou categorias. Classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com os outros. Nessa etapa, realiza-se o isolamento dos elementos (inventário) e a repartição deles buscando uma certa organização (classificação). Um conjunto de categorias deve possuir requisitos como exclusão mútua, em que cada elemento não pode coexistir em mais de uma categoria; homogeneidade do assunto; pertinência em relação ao problema de pesquisa; e produtividade de resultados.

A presente monografia divide a Análise de Conteúdo do grupo focal em três categorias, seguindo os princípios de exclusão mútua, pertinência e produtividade: percepções da presença das repórteres; percepções da representação dos entrevistados; e percepções da linguagem usada nas reportagens. A primeira delas se justifica por se tratar do próprio problema de pesquisa do trabalho, que pautou a maior parte do debate entre os participantes. A segunda, que busca compreender como esse público diverso enxerga que os negros foram representados em ambas as reportagens, auxilia na reflexão sobre raça, estereótipo e invisibilidade dessa população. Por fim, a última categoria explora como os receptores, cuja maioria não tem contato com o meio jornalístico, identifica as nuances entre os conteúdos exibidos, muitas delas relacionadas à condução das repórteres. Cada categoria será contemplada com um texto interpretativo que combina observações durante o preenchimento do formulário, as respostas do questionário, falas dos participantes durante o debate e percepções do autor no decorrer da atividade.

A terceira e última fase da AC é a de tratamento dos resultados obtidos e interpretação. O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor conclusões e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos. No atual trabalho, ao final da análise interpretativa por categoria, as visões serão combinadas e compiladas em uma inferência que tece considerações finais sobre a experiência com o grupo focal.

Levando em consideração a metodologia que foi explanada nos parágrafos anteriores, o presente trabalho aplica o estudo de recepção com o objetivo de analisar as percepções do grupo focal diante de duas reportagens sobre consciência negra veiculadas pela TV Brasil e pela Record TV RS. A primeira tem como temática a violência contra a população negra no Brasil - principalmente contra os jovens negros periféricos - tendo sido realizada por uma repórter branca. A segunda, por sua vez, foi feita por uma repórter negra e trata do afroempreendedorismo no país.

A busca pelos participantes que viriam a compor o grupo focal da presente pesquisa teve início em outubro quando, através de um formulário do Google Forms (Apêndice B), o autor solicitava informações básicas tais como o nome completo, a idade, a autodeclaração de raça, o curso/universidade e contato. Além desses dados, o documento questionava - numa escala de 1 a 5 - a frequência com que o aluno assiste a telejornais na TV e - também de 1 a 5 - o quão antirracista se considera. A forma de divulgação do formulário, durante parte considerável do processo, foi individualmente via WhatsApp ou mensagem direta do Instagram. A cada contato, o autor solicitava que o receptor preenchesse o documento e encaminhasse para demais colegas e amigos universitários dos mais diversos cursos. Dessa forma, foram obtidas 98 respostas.

Posteriormente, através do recurso de story do Instagram, o formulário atingiu a marca de 130 respostas. Dessas, 109 - o equivalente a 83,8% do total - eram de alunos brancos. Em relação ao hábito de assistir a telejornais, a maioria (55,4%) afirmou que o faz com pouca ou nenhuma frequência (2 e 1 na escala, respectivamente). Por fim, a respeito do antirracismo, 76,2% respondeu que se considera engajado ou muito engajado na causa (4 e 5 na escala, respectivamente). Diante desse cenário, o autor definiu perfis específicos para a formação do grupo diverso com um ponto em comum que seria o ambiente acadêmico, portanto, o primeiro critério sustentava que todos os participantes deveriam estar cursando alguma graduação. O objetivo era explorar o potencial do debate com visões de diferentes áreas do conhecimento, além de que, na concepção do autor, a universidade é um espaço de formação de opiniões, sendo propício para discussões desta natureza.

Para englobar de forma mais ampla a diversidade, foi definido que o coletivo seria composto por três homens (desses, dois brancos e um negro) e três mulheres (dessas, duas negras e uma branca). Buscando um distanciamento entre o autor da

pesquisa e os participantes, para evitar qualquer influência na atividade, foram pré-selecionados 30 universitários que não possuíam contato íntimo ou relação frequente com o mediador ou, então, o tinham de maneira superficial (isto é, sem contato frequente ou significativo). Desses, 16 foram divididos conforme seus perfis, tendo: duas opções de homens brancos que se consideram pouco engajados na causa antirracista, três opções de homens brancos engajados, três opções de homens negros engajados, três opções de mulheres brancas engajadas, três opções de mulheres negras engajadas e duas opções de mulheres negras que se consideram menos envolvidas na causa antirracista.

O passo seguinte foi contatar via WhatsApp, email ou mensagem direta do Instagram - conforme o contato sinalizado no formulário - os 16 escolhidos previamente, agradecendo a disposição de todos até aquele momento e questionando a disponibilidade deles para três datas sugeridas pelo autor para a realização do encontro presencial. Dessa lista, apenas uma aluna pôde se comprometer com a participação na pesquisa. A partir disso, foi necessário recorrer aos outros 14 pré-selecionados que estavam numa espécie de lista de suplentes, justamente prevendo possíveis negativas. Portanto, abriu-se mão dos perfis de alunos mais ou menos engajados no antirracismo, mantendo a paridade de raça (três negros e três brancos) como exigência indispensável para o grupo.

Após os novos contatos, o grupo de seis estudantes ficou alinhado, então, com quatro meninas (três negras e uma branca) e dois meninos (ambos brancos), contemplando alunos dos cursos de arquitetura/urbanismo, psicologia, jornalismo, biomedicina, história e medicina, das universidades PUCRS, UFRGS e UniRitter. Acontece que, às 12h do dia previsto para a realização do grupo focal (03/11), a estudante de história da UFRGS, uma das participantes negras, passou mal e precisou dar entrada no hospital. Tendo conhecimento da notícia, iniciou-se uma busca a todos os candidatos negros do formulário, confirmando, 2h depois, uma segunda participante negra também estudante de jornalismo da PUCRS. O grupo ficou composto, então, pelos seguintes participantes, já usando a descrição que será usada nos parágrafos de análise:

- ❖ Participante A - estudante de arquitetura/urbanismo, branca, 23 anos, considerada antirracista (4) e com pouco contato com telejornais (1);

- ❖ Participante B - estudante de psicologia, branco, 21 anos, considerado antirracista (4) e com pouco contato com telejornais (2);
- ❖ Participante C - estudante de jornalismo, negra, 19 anos, considerada meio antirracista (3) e com pouco contato com telejornais (2);
- ❖ Participante D - estudante de biomedicina, negra, 19 anos, considerada muito antirracista (5) e com muito contato com telejornais (5);
- ❖ Participante E - estudante de jornalismo, negra, 20 anos, considerada antirracista (4) e com certo contato com telejornais (3);
- ❖ Participante F - estudante de medicina, branco, 23 anos, considerado meio antirracista (3) e com contato com telejornais (4).

O encontro ficou marcado para às 19h30, na sala 106 do prédio 7 da PUCRS (Escola de Comunicação, Artes e Design - FAMECOS). O mediador chegou à instituição por volta de 18h30 e dedicou o intervalo à organização da sala, preparando o projetor, posicionando o celular em um tripé próximo à mesa para gravação em vídeo e o tablet no centro da mesa para gravação em áudio. Além dos equipamentos técnicos, foram disponibilizados, em cada um dos seis lugares, um pedaço de papel, uma caneta, um bombom e um copo de água. Às 19h, chegou a auxiliar do mediador - também estudante de jornalismo - responsável por exibir as reportagens e observar o debate a fim de perceber reações dos envolvidos. Todos os participantes chegaram antes do combinado - sendo o último deles às 19h28 - permitindo que a atividade começasse pontualmente no horário previsto.

A dinâmica do grupo focal teve início com explicação do mediador sobre as etapas do exercício. A primeira delas, que ocupou um pouco menos do que 15 minutos, consistiu na exibição das reportagens da TV Brasil e da Record TV RS a respeito da violência contra negros e do afroempreendedorismo, respectivamente. Todos os participantes acompanharam atentos, quatro deles fizeram o uso do papel para anotar suas impressões sobre o material apresentado. Ao final da segunda reportagem, o mediador aplicou um formulário objetivo (Apêndice C), tendo sido respondido individualmente pelos 15 minutos seguintes. Conforme os estudantes

terminavam de responder, o mediador e a auxiliar acessavam as respostas e as comentavam entre si, já projetando a roda de conversa. Por volta das 20h, o mediador introduziu a temática principal do debate - a questão da raça das repórteres - passando a palavra para os participantes a respeito de questões abordadas no formulário.

Conforme a discussão se estabeleceu, coube ao mediador observar os participantes, encorajando a palavra dos que estavam mais tímidos e aproveitando as "deixas" para encaminhar perguntas sobre as opiniões expostas. Com frequência, os próprios participantes se interrompiam e, em outros momentos, encaminhavam perguntas ao coletivo. A conversa foi integralmente gravada em áudio e vídeo para posterior análise, tendo durado cerca de 40 minutos - totalizando 70 minutos de atividade.

4.2 AS REPORTAGENS APRESENTADAS

No caso do presente trabalho, a primeira etapa teve início com a escolha dos materiais que seriam exibidos ao grupo focal. O primeiro objeto - a reportagem da Liliane Pereira sobre empreendedorismo negro - já era conhecido previamente, visto que o autor integrava a equipe da Record TV RS quando a série especial de quatro reportagens sobre a consciência negra foi veiculada, em 2021. Na falta de reportagens especiais com repórteres brancos que tivessem o mesmo formato e temática da citada acima, para apresentar como comparativo, o autor optou por uma reportagem que mantivesse um caráter especial. Realizada por Carina Dourado e veiculada pela TV Brasil também durante uma série especial sobre consciência negra, em 2016, a segunda reportagem aborda a violência contra os jovens negros.

4.2.1 Record TV RS

A Record TV RS, filial da Rede Record de Televisão, foi fundada apenas em 2007, 54 anos depois do surgimento da emissora em São Paulo. O veículo surge no RS a partir da compra da antiga TV Guaíba e dos demais veículos de comunicação do Sistema Guaíba - Correio do Povo. Destaca-se, principalmente, pela cobertura no ramo policial. Atualmente, a Record TV RS é a emissora que dedica o maior espaço

para jornalismo na programação regional, tendo mais de três horas e meia de notícias do estado na grade.

4.2.2 TV Brasil

No final do mesmo ano, em 2007, entrou no ar a TV Brasil, resultado da criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Sucessora da TV Nacional e da TVE Brasil, tem como pilares os ideais de construção de uma TV educativa no Brasil. A emissora, pública e independente, destaca-se por uma programação mais cultural e científica.

4.2.3. Liliane Pereira

Formada em jornalismo e pós-graduada em produção e revisão textual. Trabalhou como produtora na Band TV RS em 2010. No ano seguinte, foi assistente de produção na Ulbra TV. Atuou como assistente na Agência RBS de 2014 a 2016. Ficou oito anos no Grupo RBS, onde assinava a coluna 'Eu sou do samba', no Diário Gaúcho. Ainda na empresa, atuou na Rádio Gaúcha, em GZH e Zero Hora. Entrou na Record TV RS em fevereiro de 2021 para sua primeira experiência como repórter de televisão.

4.2.4 Carina Dourado

Jornalista especialista em jornalismo de dados, automação e data storytelling, especializada em relações internacionais e artes visuais. Durante sua trajetória, acumulou experiência em reportagem e edição de grandes reportagens e coberturas internacionais, além de setorista no Congresso Nacional. Teve passagens por rádio, assessoria de imprensa e jornalismo online. Integra a equipe da TV Brasil desde 2005, em Brasília.

4.2.5 Consciência negra na Record TV RS

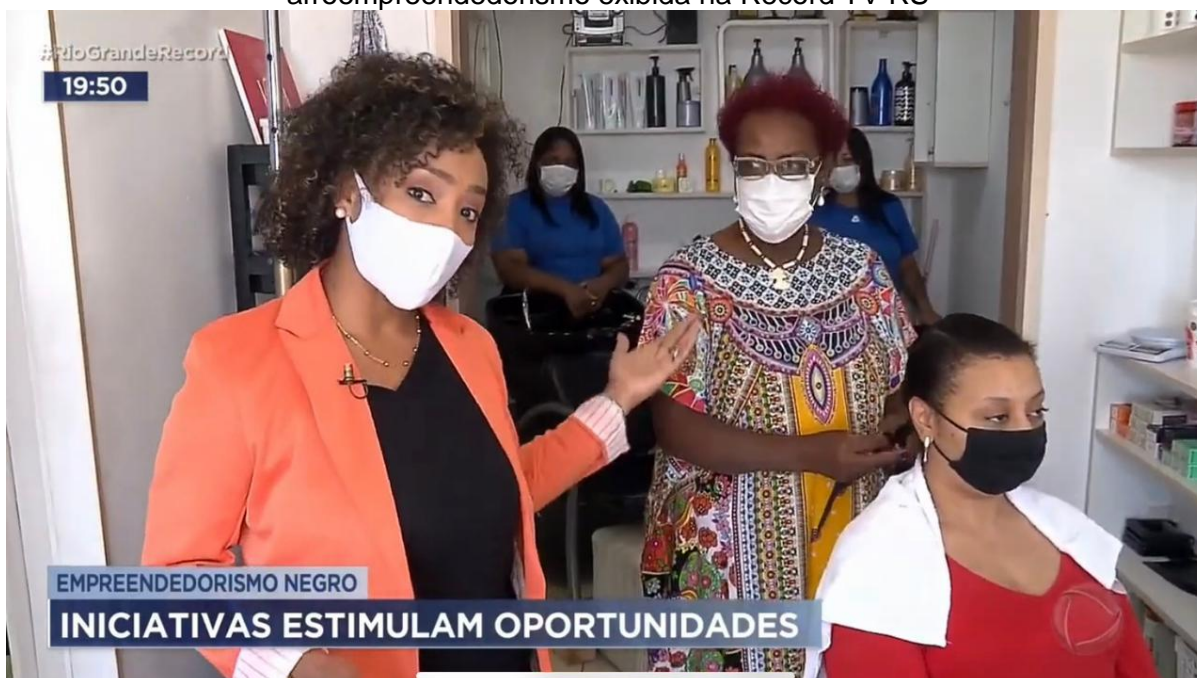
Uma série de quatro reportagens especiais sobre o Dia da Consciência Negra foi ao ar na Record TV RS, em 2021. O tema da reportagem escolhida foi o afroempreendedorismo.

No primeiro momento, a reportagem traz a história de uma empresária que resolveu abrir o próprio salão de beleza em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Hoje, já existem instituições que têm por objetivo auxiliar os empreendedores negros do estado. Para falar sobre isso, foram ouvidas duas fundadoras do Instituto Estrela Preta (IEP), uma empresa que oferta os serviços de consultoria financeira, sessões de psicoterapia, mentorias e cursos nas áreas de Finanças, Psicologia e afins para pessoas, empreendedores e organizações.

A reportagem traz o conceito de “black money”, movimento que consiste em incentivar que o dinheiro e riquezas produzidos por negros circule e se acumule também entre negros. São apresentados dados da contribuição do negro no mercado financeiro e, sobre isso, foi ouvida uma economista CEO de empresa.

Ao todo, foram consultadas quatro fontes, todas negras. A apresentadora do Rio Grande Record, Simone Santos, é branca. A repórter, Liliane Pereira, é negra.

Figura 1 - Passagem da repórter Liliane Pereira durante reportagem sobre afroempreendedorismo exibida na Record TV RS



Fonte: Reprodução/Record TV RS (2021)

4.2.6 Consciência negra na TV Brasil

Em 2016, foi ao ar na TV Brasil, uma série de quatro reportagens sobre o Dia da Consciência Negra. O tema abordado pela reportagem escolhida foi a violência

contra os negros no país, principalmente os jovens. A repórter Carina Dourado aparece na Bahia, apresentando dados do mapa da violência no estado e, posteriormente, no Brasil.

Para falar do genocídio negro, termo citado pela repórter e atribuído a teóricos, foi ouvida uma representante do Instituto Odara, organização negra feminista, centrada no legado africano, sediada em Salvador, na Bahia, que busca atuar pelo fortalecimento da autonomia e garantia de direitos das mulheres negras, e pelo enfrentamento às violências raciais e de gênero.

A reportagem menciona o documentário “Não somos + um”, projeto realizado por estudantes que perderam amigos e/ou familiares pela violência. Iniciativa da ONG CIPÓ em parceria com o projeto Juventude Negra e Articulação Política, a produção traz dados e relatos de quem sofre com a violência de raça. Foram ouvidas três pessoas sobre o projeto: uma estudante, um ator e o educador.

Por fim, a reportagem traz o impacto dos assassinatos de negros para a economia nacional, mais precisamente o prejuízo para o Produto Interno Bruto (PIB). Para explicar sobre isso, foi ouvida uma representante do Fundo de População das Nações Unidas, organismo da ONU responsável por questões populacionais.

Ao todo na reportagem, foram consultadas cinco fontes, todas negras. O apresentador do Repórter Brasil e a repórter são brancos.

Figura 2 - Passagem da repórter Carina Dourado durante reportagem sobre violência contra negros exibida na TV Brasil



Fonte: Reprodução/TV Brasil (2016)

4.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO GRUPO FOCAL

Nos tópicos seguintes serão apresentados os textos interpretativos de cada categoria da Análise de Conteúdo e das considerações finais, combinando as observações do autor durante o preenchimento do formulário pelos participantes, as respostas deles ao questionário, as falas dos mesmos durante o debate e as percepções do mediador e da auxiliar no decorrer da atividade.

4.3.1 Percepção da presença das repórteres

O problema de pesquisa, que foca na percepção dos participantes em relação a raça das jornalistas nas reportagens apresentadas, foi o principal tópico abordado tanto no formulário anterior ao debate quanto na própria roda de conversa. A participante A, branca de 23 anos, só foi pensar nas repórteres quando leu a primeira questão que abordava essa temática. Ao que parece, por integrar a já mencionada ideia de raça universal, a estudante não repara se existem semelhantes à ela “porque é um costume”, como a própria pontuou em uma de suas falas. Apesar

disso, classifica a presença de negros na televisão como “essencial” para mostrar que “eles não estão ali apenas como objetos das reportagens”. O participante B, branco de 21 anos, enxergou na profissional responsável pela primeira reportagem - uma mulher branca - um homem branco. Ele, durante a exibição dos materiais, pareceu pouco interessado. O inquietante movimento da perna, a posição do corpo, ora com braços cruzados, ora com um deles mexendo no cabelo, passavam a impressão de distração e impaciência. Apesar disso, o estudante de psicologia percebeu a presença da repórter negra, mesmo entendendo que, como espectador, não se sente impactado por isso. “Acho que é muito mais a questão da qualidade da informação do que a raça de quem tá falando, óbvio que a pessoa que é negra vai ter muito mais intimidade com o assunto, até mais vontade de falar sobre ele, uma apropriação cultural mesmo”, pontuou.

Autodeclarada negra e menos antirracista (grau 3 na escala) do que os anteriores, a participante C, de 19 anos, não só defende a cobertura de pautas sociais e raciais pela imprensa, como acredita que devem estar associadas à maior inclusão de negros nas redações jornalísticas. Quanto à percepção do que viu na tela, ela identificou que a primeira repórter tratava-se de uma mulher branca, no entanto, respondeu não ter reparado na segunda profissional. Durante sua fala, a aluna justificou-se pontuando que existe um apagamento que invisibiliza os negros ao passo que se acostumam apenas com os brancos em posição de destaque. “Tanto é que eu não reparei se na segunda reportagem o repórter era ou não negro. Eu não sei, vocês perceberam isso?”, perguntou ao grupo. Nesse momento, as participantes A e D (que não tinham percebido a raça da repórter) e o participante B (que havia percebido) olharam para a participante E que respondia a pergunta reafirmando que, de fato, tratava-se de uma pessoa preta.

Essa mesma desorientação acometeu também a participante D, negra de 19 anos. A aluna respondeu no formulário que ambas as repórteres eram mulheres brancas, reforçando na pergunta aberta que “nenhuma era negra”. Percebe-se uma certa inconsistência quando, no decorrer do debate, a mesma participante garante que no cotidiano sempre presta atenção às pessoas negras, seja em reportagem ou locais que frequenta - como o trabalho ou a faculdade - chegando a contar o número de indivíduos presentes. Mesmo não tendo percebido, ela reforça a necessidade da representatividade nas telas. “Uma criança vendo a reportagem, ela gosta de ser representada por uma jornalista negra, enfim, isso é normal, mas não deveria

ocorrer”, declara. Ela ainda cita Maju Coutinho como exemplo e denuncia o incômodo de que jornalistas negros são escalados apenas para pautas raciais.

Concordando integralmente com a questão levantada, a participante E, negra de 20 anos, percebe o impacto positivo de ter uma repórter negra para abordar uma temática da qual domina e conduz com maestria, mas enxerga como problemático esses profissionais ocuparem apenas esse tipo de espaço. A estudante de jornalismo que assiste aos telejornais com alguma frequência (grau 3 na escala) não só percebeu a raça das duas repórteres como pontuou isso na pergunta aberta e, como mencionado acima, foi a única a responder a participante C quando essa questionou o grupo se a segunda jornalista se tratava de uma mulher negra. O participante B, que também havia reparado na raça da Liliane Pereira, ao invés de responder à provocação, voltou-se para a participante E, com um olhar de validação, esperando que ela o fizesse.

O participante F, branco de 23 anos, foi o único que notou o uso da primeira pessoa do plural - através do pronome “nós” - no texto da repórter negra durante a segunda reportagem, o que, para ele, aproximou a mesma da temática abordada. O estudante de medicina afirmou que fugiu de sua impressão se isso também ocorreu na primeira reportagem, o que não seria possível, visto que a repórter branca não conseguiria se incluir na realidade da população negra. O que não esteve ao alcance de sua percepção, também, foi a raça das repórteres, já que não reparou a primeira profissional e enxergou erroneamente a segunda como uma mulher branca. No entanto, durante sua fala mencionou que “tinha visto que a apresentadora do programa (Simone Santos) era branca e depois fui acompanhando ali a repórter negra”. Ao que parece, o aluno só percebeu a cor da pele da repórter após as falas dos participantes A, B e C.

4.3.2 Percepção da representação dos entrevistados

Outro tópico tratado tanto no formulário tal como na roda de conversa foi a percepção dos participantes a respeito da representação dos entrevistados - todos eles negros - nas duas reportagens. Na primeira, cinco pessoas foram ouvidas e, na segunda, quatro. A participante C entende que a primeira reportagem mostrou apenas o papel do negro como oprimido na sociedade, enquanto a segunda posiciona ele como protagonista. “Tipo pô, tem um salão ali, sabe. Tipo, faz coisas

legais e merece reconhecimento”, apontou. As duas estudantes negras de jornalismo, participantes C e E, foram as únicas a reparar que todas as nove pessoas entrevistadas fazem parte da população negra.

Nessa mesma linha, a participante E denuncia que toda a construção da primeira reportagem foi feita no sentido de colocar os negros como coitados e vítimas, sendo afetados pelo tráfico e marginalizados pela polícia. Ela enxerga que, por essa ótica, o fato de estarem imersos em uma realidade de violência é tratado como se fosse a principal característica dessa população. A participante D complementa que, na primeira reportagem, “negro é pobre da comunidade”. Ao falar das pautas raciais em geral, ela tem a impressão de que sempre colocam pessoas na função de empregadas domésticas ou envolvidas com salões de beleza, mas imagina que muitas pessoas se identifiquem em reportagens como as exibidas. “Nossa, que legal que ela é contadora, eu posso ser contadora, que legal ela no salão, eu posso abrir um salão”. A estudante de biomedicina, que costuma contar o número de pessoas pretas ao seu redor, percebeu apenas seis fontes negras ao longo das duas reportagens.

O participante F, por sua vez, afirmou não ter reparado no número de pessoas negras entrevistadas pelas repórteres. Chamou a atenção do estudante de medicina, porém, que a segunda reportagem traz a movimentação dos negros no mercado financeiro no sentido de também ter controle sobre esse ramo. Para ele, ao invés de passar a sensação de que a população negra está à deriva no mercado, a economista CEO entrevistada deixa claro que ela também contribuiu para isso. Na primeira, no entanto, ele sentiu que as pessoas ouvidas estavam apenas representando os números apresentados. “Acho que eles falaram a respeito de todo mundo que tava ali na sala, mas eles não especificaram direito a identidade de cada um. Foi tipo pegar as pessoas e colocar ‘você são esses dados’, assim”. Essa observação vai ao encontro da relatada pela participante E, na qual diz que a reportagem que trata de empreendedorismo teve a preocupação de colocar entrevistadas negras com carreiras “diferentes” das que a sociedade impõe a elas. Para ela, a reportagem sobre violência aborda as pessoas negras da forma como a grande mídia está acostumada a fazer, o que não é interessante para o público negro que já enfrenta essa realidade diariamente.

Em relação a esse tópico de representação de negros, principalmente no papel dos entrevistados, os participantes A e B pouco se manifestaram. A única

contribuição da dupla foi a de concordar com a linha de raciocínio traçada pelo participante F em relação ao tratamento dos dados na reportagem - algo que será tratado no próximo subtópico - e validada pelas participantes D e E, ambas negras. Na ocasião, a participante A manifestou o foco em explorar o lado do negro como mão de obra, não como humano. Diante disso, na sequência, o participante B isso é reflexo da “institucionalização do negro como coitado, que tem que ser ajudado pelo herói branco”. Ambos pareciam nunca ter refletido sobre o assunto pautado e, mais uma vez, mostraram-se indiferentes em relação à raça dos representados na tela. Ela respondeu no formulário que não reparou nos entrevistados e ele identificou apenas três deles como negros.

4.3.3 Percepção da linguagem das reportagens

Quanto às nuances na construção, condução e linguagem das reportagens, o participante F pontuou que chamou a atenção dele o tom dramático da primeira, evidenciando a dificuldade do problema enfrentado por pessoas pretas, diferentemente da segunda que traz um tom de acolhida. “Eu tinha colocado ali que justamente com esse tom mais dramático, não enxergava muito, digamos assim, uma saída, entregava o problema e pronto”. Tendo anotado vários dados durante a exibição do material, ele percebeu uma carência de informação ao tratar do impacto do genocídio negro para os valores do PIB, dando ainda a impressão de que as vidas importam menos em relação ao que é perdido na economia. Esse tópico levantado pelo graduando de medicina foi concordado de forma unânime, sendo complementado pelas participantes A (branca), D e E (negras). Para ele, mesmo estando ciente dos problemas, as reportagens enriqueceram sua visão sobre as temáticas abordadas ao passo que acredita que elas deveriam ser mais divulgadas pela imprensa.

A participante A alinhou-se ao F defendendo que, realmente, na segunda reportagem a profissional parece estar muito mais próxima da problemática e das entrevistadas - ao ponto de parecer que já se conheciam - deixando também mais próxima uma solução. “Não era aquele objeto que eu vou lá entrevistar ‘ai meu Deus’, sabe?”, comentou. A estudante branca de arquitetura/urbanismo enxerga que as reportagens enriqueceram sua visão sobre as temáticas abordadas.

Para a participante E, estudante negra de jornalismo, a primeira reportagem mostra mais do mesmo, uma realidade de assassinatos de negros que é noticiada todos os dias. A segunda, para ela, parece até mais didática, valorizando também o compromisso do ofício jornalístico com a informação. “Ela traz um letramento racial, digamos assim, não daquela forma como foi conduzida a primeira. Eu acho que isso é bem importante, bem marcante assim”. Acreditando que ambas tenham sua importância, ela denuncia que a conotação das reportagens são distintas, uma apresentando um teor negativo, enquanto a outra buscou incentivar e celebrar iniciativas de ascensão da comunidade preta. A estudante negra de jornalismo já estava ciente dos problemas abordados em ambas, fica feliz ao saber que estão sendo noticiados, mas pensa que deveriam ser mais divulgados pela imprensa.

Para a participante D, na primeira temática estava inserido o contexto da comunidade, enquanto a segunda tratou mais do lado econômico do que as dificuldades de realmente se inserir neste mercado. “A mensagem era mais sobre empoderamento do que violência”, pontua. Ela reforçou o que os outros colegas atestaram de que a Liliane Pereira se sente parte, tornando a reportagem bem mais eficaz, didática e acolhedora. A estudante negra de biomedicina afirmou já conhecer os problemas abordados em ambas, mas entende que deveriam ser mais divulgados pela imprensa. Ao mesmo tempo, foi a única a responder no formulário que não é dever do jornalismo defender os direitos do cidadão, promovendo as garantias individuais e coletivas, apenas de outras classes e órgãos. Nessa pergunta, o participante F afirmou não ter uma opinião formada sobre.

Novamente, o participante B pouco interagiu sobre o assunto pautado. Concordou com os demais sobre o distanciamento da reportagem veiculada pela TV Brasil, dando a impressão de que a repórter Carina Dourado estava apenas cumprindo sua obrigação e passando a mensagem de “nós grande mídia aqui, população negra periférica lá” antes de “voltar à programação normal”. “A segunda tem uma pegada um pouco mais antropológica até, de inserção na comunidade, de realmente identificação com o tema, enfim”, coloca. Para ele, a segunda repórter demonstrou, também, “mais segurança e descontração”. O estudante branco de psicologia apontou que já conhecia os problemas abordados em ambas, mas gostou de saber que estão sendo veiculados pela imprensa.

A grande diferença entre as reportagens, para a participante C, está no discurso. A primeira tem um que “pretende informar o problema, mas para por aí”. Já

a segunda reportagem traz o problema e uma possível solução, ou melhor, uma perspectiva mais otimista e humanizada, no sentido de referências negras do segmento em pauta (empreendedorismo). “Não quero dizer que na primeira reportagem eles tenham feito de mau gosto, mas faz muito parte de como os brancos são educados, de como a gente é educada, entendeu?”. Mesmo com boa intenção de divulgar as problemáticas que envolvam negros, para ela, se essas políticas raciais não estiverem no cotidiano, os jornalistas não irão aprender a abordar essa pauta, tanto para brancos como para negros. A estudante negra de jornalismo já conhecia os problemas abordados, mas se anima ao saber que estão sendo veiculados pela imprensa.

4.3.4 Considerações sobre o grupo focal

O destaque da roda de conversa foi o intenso protagonismo das mulheres negras e a forma com que elas, nos mais diversos tópicos, pautaram o debate. Diante de uma representação proporcional, algo que Berth (2019) denuncia não existir no Brasil, as participantes C, D e E mostraram que, em momento algum, incorporaram o papel de submissão e dominação imposto à mulher (BEAUVOIR, 2009), inclusive cortando a fala dos demais participantes. Percebeu-se, não só pelas falas, mas pela atenção e linguagem corporal dos participantes, o nível de engajamento de cada um deles. Em determinado momento, percebeu-se que as três estudantes negras estavam tomando notas sobre o conteúdo das reportagens, enquanto os demais estudantes brancos apenas assistiam.

Figura 3 – Participantes do grupo focal assistem às reportagens.



Fonte: Felipe Conte

Na maior parte do tempo manifestando-se após provocação do mediador ou por “ganchos” das demais presentes, os participantes A, B e F se atentaram muito mais à forma como foram apresentadas as reportagens do que propriamente à raça das repórteres envolvidas. O exemplo mais claro disso, talvez, tenha sido o participante F perceber o uso do “nós” pela Liliane Pereira na reportagem de empreendedorismo negro, sem conseguir identificar que a mesma tem a pele preta. Gutmann (2012) defende que a linguagem e os modos de produção conhecidos hoje no telejornalismo partem, também, de uma construção cultural. Ao observar a reportagem de televisão, a autora postula que nos telejornais atuam sujeitos sociais que se implicam nos relatos, fazendo do seu corpo um lugar de personificação da notícia. Ela aponta, ainda, que o repórter se constrói como um ser social que vive os fatos e, portanto, está autorizado a falar sobre eles. A partir disso, o sujeito que narra o que ocorreu com os terceiros também acaba se tornando um ator ao se incluir na ação que está sendo demonstrada na reportagem.

Apresentadores, repórteres e público são alçados à condição de cidadãos brasileiros (pais, trabalhadores, clientes de banco, voluntários, consumidores etc.), o que é explícito, por exemplo, nos momentos em que o mediador se dirige ao espectador colocando-se, pelo texto verbal, no lugar de fala de cidadão: ‘nós mulheres, nós, brasileiros, nossa reação aqui (...)’, “nós podemos estar pagando mais (...)”. Tal qualidade de ator de uma mesma esfera cultural que

partilha interesses comuns não destitui o lugar de autoridade do enunciador pai, o telejornal (GUTMANN, 2012, p. 238).

Na relação com a audiência que acompanha a reportagem, o repórter desempenha um papel de mediador que se apresenta diluído ao longo da narrativa (PEIXOTO, 2016). Ao estudar essa interação entre indivíduos no cotidiano, Goffman (1985) pontua que não somente o texto do repórter influi na percepção do telespectador, mas também as expressões e a comunicação corporal, as quais compõem o significado que será apreendido pelo interlocutor. Os participantes brancos - A, B e F - sentiram a segunda repórter mais envolvida com a temática abordada. Ao assistirem a reportagem, os estudantes apontaram, respectivamente, “proximidade de uma solução”, “mais segurança e descontração” e “tom de acolhida”. Mesmo elogiando a condução, a raça da profissional não foi mencionada.

A falta de percepção ou interesse dos mesmos participantes - A, B e F - diante da repórter negra se justifica, em grande parte, pelo processo de opressão que se deu na construção do Brasil e hoje resulta na normalização do branco em posições de comando e destaque. Essa herança torna seus semelhantes de pele clara, de certa forma, cegos pelo privilégio que herdaram dos antecessores. Seguindo por essa lógica, em consonância à sensação de invisibilidade relatada pela participante C. Sodré (2015) aponta que a falta de semelhança nos veículos televisivos obriga o negro a procurar reconhecimento no branco.

Por se tratar de uma mídia extremamente “massiva”, como mencionou a participante E, a televisão atinge “todos os tipos de pessoas” diariamente. “Às vezes, uma moradora da periferia, uma dona de casa ou uma mulher negra que nunca pensou que poderia fazer mais do que aquilo que já faz, ela se enxerga ali representada por alguém que teve essa ascensão social, então pensa ‘bah, realmente talvez eu possa fazer isso também’, sabe?”. Portanto, ela interpreta que seja papel da mídia transmitir para o público o que é interessante e que realmente agregue valor à vida dos que o compõem. Sodré (2020) complementa que a morte do homem negro é uma morte anunciada no cotidiano brasileiro, as novidades são, porém, as circunstâncias e as gravações desses homicídios.

Wolton (1996) define a televisão como um meio em que as diferenças coexistem e ganham visibilidade: ricos e pobres, jovens e velhos, pessoas de direita e de esquerda assistem aos mesmos programas e veem realidades que de outra

maneira seria impossível. Por essa ótica, a TV serve como um elemento que “fura a bolha” do telespectador e permite que ele crie empatia com, ou vislumbre, a realidade vivida por terceiros. O laço social pode se constituir por meio da televisão porque o telespectador, ao assistir à programação, nunca está sozinho.

“No Brasil, depois da abolição, não se enforca mais os negros em árvores, como nos Estados Unidos, mas há outras formas sutis de extermínio, por não considerá-los como pessoa humana. É desconfiança radical e invisibilização. O negro é um cidadão invisível. Quando ele aparece, a violência aparece também” (SODRÉ, 2020). O autor contextualiza que o padrão de domínio étnico-ocidental pertence à branquitude e, por conta disso, acaba resultando nessa espécie de “excelência eugênica e antropológica do homem ocidental”. Mesmo com a invisibilidade da repórter negra na tela - tendo a raça notada apenas por dois participantes - foi unânime a percepção deles de que a construção, a condução e a linguagem da segunda reportagem foram mais apropriadas para abordar a temática proposta. Além disso, é possível concluir que os telespectadores identificaram mais propriedade na fala da Liliane Pereira, negra, do que da Carina Dourado, branca. Eles comentaram ser mais “didática”, “próxima da temática” e traz o negro como “protagonista”, além de a repórter ter mais “segurança” sobre o assunto.

Por fim, outro elemento que saltou aos olhos foi o de que o hábito de assistir a telejornais - ou a falta dele - pouco influenciou na percepção dos participantes em relação à raça das repórteres. A participante D, estudante negra do curso de biomedicina e telespectadora assídua de telejornais (grau 5, na escala) enxergou na tela duas mulheres brancas - reforçando isso na pergunta aberta - e percebeu apenas seis dos nove negros que foram ouvidos ao longo das duas reportagens. Por outro lado, a participante E, estudante negra de jornalismo que assiste a telejornais com menos frequência (grau 3, na escala), percebeu a raça das duas repórteres, tal como os nove entrevistados negros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a investigar a percepção do público em relação à raça de duas repórteres mulheres durante as reportagens do Dia da Consciência Negra exibidas pela TV Brasil e pela Record TV RS. Para tratar do problema proposto, a pesquisa utilizou como procedimento metodológico o estudo de recepção, tendo como instrumento o grupo focal, técnica que coleta dados através de interações coletivas. Após a realização do mesmo, as impressões foram examinadas através da análise de conteúdo que, que se organizou em torno de três etapas cronológicas: a pré-análise, com a transcrição da atividade; a exploração do material, com a categorização; e a interpretação dos resultados.

Dessa forma, ficou definido que o grupo focal seria composto por seis estudantes de diferentes cursos que não tinham contato frequente com o mediador. Além disso, foi determinado um recorte paritário de raça, em que três integrantes teriam que ser negros e três brancos, necessariamente. Após a realização dos convites, a atividade ficou alinhada, então, com quatro meninas (três negras e uma branca) e dois meninos (ambos brancos). O objetivo era explorar o potencial do debate com alunos que possuíam visões de diferentes áreas do conhecimento, já que a universidade é um espaço de formação de opiniões, sendo propício para discussões desta natureza.

A dinâmica do grupo focal foi dividida em três etapas: a exibição, para os participantes, das reportagens da TV Brasil e da Record TV RS sobre violência contra negros e afroempreendedorismo, respectivamente; a realização de um formulário objetivo sobre o conteúdo apresentado; e a roda de conversa propriamente dita, tendo como gancho algumas questões abordadas no formulário. Em síntese, a atividade proposta pelo autor mostrou-se produtiva à medida que avança sobre as questões principais que se propôs a abordar, tais como a percepção dos participantes em relação à raça das repórteres, a percepção deles diante da representação dos negros nas reportagens e a percepção deles quanto à forma de transmitir as informações. Ao mesmo tempo, permite debruçar-se, para futuras análises, sobre tópicos secundários, tais como a cobertura do Dia da Consciência Negra pela imprensa e a forma como é feito o direcionamento das reportagens para o público.

Com o objetivo de ampliar os horizontes a respeito da temática pesquisada e auxiliar nas análises, o autor refletiu sobre a participação do negro na construção da sociedade brasileira - em questões econômicas, políticas e sociais - e sobre a importância da imprensa - com o alcance e a forma de comunicar na televisão. Diante da realização da experiência grupal, confirmou-se a hipótese de que o público não recebe de maneira homogênea os conteúdos jornalísticos veiculados pelos telejornais. Cada telespectador - seja ele assíduo ou eventual - extrai da tela, sobretudo, aquilo que se relaciona com sua identidade.

Com base unicamente na amostra de estudo desta monografia, percebeu-se que os telespectadores brancos não se sentem impactados ou demonstram desinteresse pela raça das repórteres. Portanto, é possível pensar que esse determinado público não está habituado a refletir sobre o impacto de questões raciais no cotidiano e como elas, na maior parte do tempo, passam despercebidas pela branquitude. Durante as reportagens, atentaram-se à forma de transmissão e à qualidade da informação difundida, sem identificar o emissor. A falta de percepção e interesse dos mesmos participantes diante da repórter negra se justifica, em grande parte, pelo processo de opressão que se deu na construção do Brasil e que hoje resulta na normalização do branco em posições de comando e destaque. Essa herança torna seus semelhantes de pele clara, de certa forma, cegos pelo privilégio que herdaram dos antecessores.

Em relação ao público negro, por sua vez, notou-se no discurso uma preocupação com a representatividade e a representação na tela de corpos semelhantes aos seus. Porém, durante a exibição das reportagens, houve quase um esforço - fracassado por parte de alguns - para se enxergarem representados na reportagem. No entendimento do autor, os telespectadores negros, de forma inconsciente, acabam reproduzindo a visão de invisibilidade imposta ao povo preto desde a escravização.

Nesse momento, o pesquisador confirma algumas de suas hipóteses iniciais, tais como a de que o público não recebe de maneira homogênea os conteúdos jornalísticos veiculados pelos telejornais; a de que os brancos não seriam impactados pela raça das repórteres e, em parte, a de que os negros perceberiam a diferença racial. Além disso, pôde concluir o principal objetivo que era analisar, através das respostas do grupo focal, como a diferença racial entre os repórteres impacta na percepção dos telespectadores em relação ao conteúdo jornalístico

exibido e a proximidade do tema tratado nas reportagens. Mesmo diante da invisibilidade da repórter negra na tela, foi unânime a percepção dos telespectadores de que a construção, a condução e a linguagem da reportagem da qual fez parte foram mais apropriadas para abordar a temática proposta. Percebeu-se que, na visão deles, houve mais propriedade na fala da Liliane Pereira, negra, do que da Carina Dourado, branca. Portanto, mesmo que não identifiquem a raça, percebem o impacto dela no decorrer da reportagem.

Ao fim desta monografia, espera-se proporcionar subsídios para pesquisas futuras sobre o tema. Compreende-se, portanto, que os resultados aqui obtidos são parciais, mas que, na expectativa do autor, possam incentivar reflexões sobre a forma de transmitir as informações e, ainda, incentivar a inclusão de profissionais negros nas redações jornalísticas ao redor do país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

ARAÚJO, Angela de Aguiar. **A imprensa brasileira e a política nos anos 1960 e 1970: “esvaziamento político” ou “lugar de descoberta” da memória social?** In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 4, 2005. São Luis do Maranhão: ALCAR, 2005. p. 5-20.

BANDEIRA, Gabriel dos Santos. **A gente não se vê por aqui: O jornalista negro no maior grupo de comunicação do Rio Grande do Sul**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Escola de Comunicação, Artes e Design PUCRS, Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1ysmNWsi6M5hbXX2dF14UR4CRU9P-_G9V/view?usp=drivesdk. Acesso em: 15 ago. 2022.

BARBEIRO, Hérodoto; LIMA, Paulo Rodolfo. **Manual de Telejornalismo: os segredos da notícia da TV**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BARBOSA, Larah. **A construção identitária da mulher negra em Kbelá**. Anais do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Intercom, p. 1-10, 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sudeste2018/resumos/R63-0378-1.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2022.

BARBOSA, Marialva. **Jornalismo e história: um olhar e duas temporalidades**. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos das; MOREL, Marcos (Org.). **História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos**. Anais do Colóquio. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BASTIDE, Roger. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** São Paulo: Pólen, 2018. Coleção feminismos plurais.

BERTOLDO, Sanny. **“O negro é um cidadão invisível. Quando ele aparece, a violência aparece também”**. Gênero e número, [S. l.], p. 1-6, 26 nov. 2020. Disponível em: <https://www.generonumero.media/entrevistas/o-negro-cidadao-invisivel-violencia/>. Acesso em: 28 out. 2022.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 3 set. 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Durban: LOLA Press, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick (2016). **A televisão é capaz de informar?**. *MATRIZES*, 10 (2), 13-23.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008. 128p.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações Raciais**: referências técnicas para a atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017.

CRUZ NETO, João Elias. **Reportagem de televisão: como produzir, executar e editar**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

DIAS, Cláudia A. **Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas**. *Informação & Sociedade: estudos*, João Pessoa, v. 10, p. 1-12, 2000.

DOMINGUES, José Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, [s. l.], v. 12, n. 23, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>. Acesso em: 16 nov. 2022.

FECHINE, Yvana; ABREU E LIMA, Luisa Carvalho de. **Pensando o telejornal como linguagem**. In: I Colóquio Internacional Discurso e Mídia, 2010, Salvador. I Colóquio Internacional Discurso e Mídia, 2010.

FECHINE, Yvana; LIMA, Luisa Abreu. **A linguagem do jornalismo**. Recife: Editora UFPE, 2021.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 19ª edição. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2013

GONDIM, S. M. G. **Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários** *Estud. Psicologia, Natal*, v. 7, n. 2, 2002.

GUIMARÃES, Elias. 'Empreendedorismo negro no Brasil' vem ganhando força, diz IBGE. **Estado de Minas**. Disponível em > https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2021/01/03/internas_economia,1225483/empr_eendedorismo-negro-no-brasil-vem-ganhando-forca-diz-ibge.shtml

GUTMANN, Juliana. **Formas do telejornal: um estudo das articulações entre valores jornalísticos e linguagem televisiva**. 269 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8806/1/Juliana%20Gutmann.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2022.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, E.; SANTOS, A.R. **Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade.** SIMPÓSIO NACIONAL DISCURSO, IDENTIDADE E SOCIEDADE, 3., 2012, Campinas. Anais [...]. Campinas: Unicamp, 2012. Disponível em: http://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT_DE_LA_TAILLE_ELIZABETH.pdf Acesso em: 15 set. 2022.

HALL, S. Raça, o significativo flutuante. Liv Sovik (tradução) em colaboração com Katia Santos. **Z Cultural**, revista do programa avançado de cultura contemporânea. Ano VIII, 2, 2015, p.1.

HOOKS, Bell. **Alisando o nosso cabelo.** Revista Gazeta de Cuba, 2005.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação.** São Paulo: Editora Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista: da margem ao Centro.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

JESUS, Weverton Santos, and LIMA, João Paulo Mendonça. **Principais instrumentos de coleta de dados (grupo focal).** 2012. Disponível em https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=PRINCIPAIS+INSTRUMENTOS+DE+COLETA+DE+DADOS+%28GRUPO+FOCAL%29&btnG= Acesso em 06 nov. 2022.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LORDE, Audre. **Irmã outsider.** Belo Horizonte: Autêntica, 1984.

MACIEL, Pedro. **Jornalismo de televisão.** Porto Alegre: SagraLuzzato, 1995.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A. **Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação.** In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.). Gêneros Textuais: reflexões e ensino. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 17-31.

MARTINS, Luísa. 'Presídios do País são masmorras medievais', diz ministro da Justiça. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 5 nov. 2015. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,presidios-brasileiros-sao-masmorras-medievais--dizministro-da-justica,10000001226>

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** São Paulo: N-1, 2018.

MELLO, A. Silva. **Estudos sobre o negro.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

MELLO, Jaciara Novaes. **Telejornalismo no Brasil. Faculdade Santa Amélia SECAL.** Biblioteca online de Ciências da Comunicação, 2009. Disponível em www.bocc.ubi.pt. Acesso 10 set. 2022.

MELO, José Marques de. **História social da imprensa: fatores sociais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, Lívia Assad de. **Ditadura militar: a memória jornalística como parte da revisão histórica.** Revista Brasileira de História da 391 Mídia (RBHM), v. 3, n. 2, p. 33-41, 2014.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Eliane Quintiliano. **Afroempreendedorismo como estratégia de inclusão socioeconômica.** III Seminário de Ciências Sociais. PGCS UFES. Vitória, 2018.

OLIVEIRA, T. S. **Redes Sociais na Internet e a Economia Étnica: Um estudo sobre o Afroempreendedorismo no Brasil.** 2019. 135f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, São Paulo, 2019.

PARK, Robert. **A notícia como forma de conhecimento** – Um capítulo da sociologia do conhecimento . In STEINBERG, C (org.). Meios de comunicação de massa. Trad. Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1970.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV: manual de Telejornalismo.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

PATTON, M. Q. **Qualitative evaluation and research methods.** 2. ed. Thousand Oaks: Sage; 1990.

PEIXOTO, Filipe; PORCELLO, Fábio. **Quando o repórter aparece na TV: o corpo e a voz da notícia no telejornalismo.** Estudos em Comunicação, nº 22, 123-164, Maio de 2016. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/22/pdf/ec-22-07.pdf>. Acesso em 10 nov. 2022..

PRADO, Flávio. **Ponto eletrônico: Dicas para fazer telejornalismo com qualidade.** São Paulo: Publisher Brasil, 1996.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial.** São Paulo: Summus, 2000.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Schwarcz, 2019.

RIBEIRO, Djamila. Respeitem Serena Williams. In: Ribeiro. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROSSI, C. Depoimento. Rio de Janeiro: **Centro de Cultura e Memória do Jornalismo**. Entrevista concedida a Carla Siqueira e Caio Barretto. 2008. Disponível em: http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/pdf/5/Arquivo%20para%20download_12.pdf Acesso em: 30 set. 2022

SANTOS, Micaela; SÁ, Sónia de. A representatividade da mulher negra na mídia social: o coletivo brasileiro “Pop Afro”. **Revista de Comunicação e Linguagens Journal of Communication and Languages** N.54. 2021.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2015.

SCHWARCZ, Lilia. Maiorias minorizadas: a democracia no Brasil como ‘mal-entendido’: Não existe igualdade de direitos na sociedade brasileira e muito menos representação proporcional na política do país. **Nexo**, [s. l.], 7 set. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2020/Maiorias-minorizadas-a-democracia-no-Brasil-como-%E2%80%98mal-entendido%E2%80%99>. Acesso em: 26 ago. 2022.

SCRIMSHAW, S.; HURTADO, E. **Anthropological approaches for programmes improvement**. Los Angeles: University of California Press, 1987.

SILVA, Liliam Ramos. **Não me chame de mulata: uma reflexão sobre a tradução em literatura afrodescendente no Brasil no par de línguas espanhol-português**. 2018. Trabalhos em Linguística Aplicada.

SINTUFRJ. “O negro é um cidadão invisível. Quando ele aparece, a violência aparece também”. **Sintufrj**, Rio de Janeiro, p. 1-3, 22 fev. 2021. Disponível em: <https://sintufrj.org.br/2021/02/o-negro-e-um-cidadao-invisivel-quando-ele-aparece-a-violencia-aparece-tambem/>. Acesso em: 3 nov. 2022.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: Identidade, povo, mídia e cotas no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: EdPUCRS, 2011.

SOUZA, Jessé. **Brasil dos humilhados: uma denúncia da ideologia elitista**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2022.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SQUIRRA, Sebastião. **Aprender Telejornalismo: produção e técnica**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

STEWART, D. W.; SHAMDASANI, P. **Focus group research: exploration and discovery**. Newbury Park: Sage, 1990.

VIZEU, Alfredo, CORREIA, João Carlos. **A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência**. In: VIZEU, Alfredo. A sociedade do telejornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007. No prelo.

WILLIAMS, Patricia J. ***The alchemy of race and rights: Diary of a law professor***. Cambridge, MA, Harvard University Press, 1991.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público: teoria crítica da televisão**. São Paulo. Editora Ática, 1996.

YORKE, Ivor. **Jornalismo diante das câmeras**. São Paulo: Summus, 1998.

APÊNDICE A - TRANSCRIÇÃO DA RODA DE CONVERSA NA ÍNTEGRA

MEDIADOR - Como vocês enxergam a importância da Imprensa na cobertura de pautas relacionadas à consciência negra, pautas relacionadas à negritude?

E - Eu vejo como essencial. Faz parte do nosso trabalho enquanto jornalistas. Falar daquilo que interessa a sociedade e eu acho que isso é um assunto que interessa bastante. Acho que é isso.

MEDIADOR - Alguém quer falar algo sobre isso?

A - Não, é que quando eu li a pergunta eu percebi que eu não reparei nisso, tipo, deve ser porque eu sou branca, né? Não fico reparando se tem gente igual a mim ou assim nas coisas porque é um costume, né? Então não vou estranhar quando eu ver, enfim. Então eu acho essencial também porque mostra que não é só objeto de reportagem, né, que a pessoa pode estar ali também. Então, eu acho que é isso.

MEDIADOR - Algum dos guris quer falar alguma coisa?

B - É, eu acho que é uma coisa que é essencial de ser falado assim, parece até meio óbvio assim, mas o óbvio tem que ser dito, né? Ainda mais em tempos sombrios, como foi agora nos últimos quatro anos, mas enfim não vou entrar nesse assunto. Mas que nem ela (A) também eu não tinha reparado muito e, assim, para mim como espectador, não faz diferença. Se for bem comunicado, não faz diferença.

MEDIADOR - Querem falar alguma coisa?

C - Bom, assim como os colegas disseram eu acho essencial assim, não só questão de pautas sociais e raciais, mas também diria que a presença de pessoas negras também nesse meio. Porque, primeiro falando das reportagens também, aproveitando, eu percebi que o enfoque foi bem diferente assim, o discurso que as duas reportagens passaram foi muito diferente, sabe. Eu coloquei ali no meu formulário que a primeira reportagem abordou o tema de forma, não vou dizer que foi ruim porque trouxe informações que são úteis para população em geral assim, para a sociedade, mas ela foi meio rasa no sentido de só mostrar esse papel do negro oprimido, sabe? E isso me incomoda bastante. E aí na segunda reportagem já foi diferente, né? Trouxe o negro como protagonista. Tipo pô, tem um salão ali, sabe. Tipo, faz coisas legais e merece reconhecimento que também é outra coisa, né, esse reconhecimento ele é diferente. E também a gente tá acostumado, não é só os brancos, nós que somos negros também, esse apagamento vai invisibilizando a gente e a gente acaba nem percebendo, tanto é que eu não eu não reparei se na segunda reportagem o repórter era ou não negro. Eu não sei, vocês perceberam isso?

E - Sim.

C - Era negro?

E - Era.

C - Exatamente isso. E aí eu nem tinha percebido que a repórter era negra porque eu tô tão acostumada a ver, tipo...

A - Pessoas brancas.

C - Pessoas brancas que eu nem percebi que tinha. E foi a reportagem que eu mais gostei assim, sabe, então eu acho isso um ponto que a gente deve analisar assim.

MEDIADOR - Eu acho que, e o meu papel não é interferir em nada né, mas eu não propus a pergunta de qual das duas reportagens era melhor porque são dois assuntos bem diferentes, né? Vi que vários falaram sobre isso. Um trata da violência, o outro trata mais da questão de empreendedorismo. Dá para entrar na questão de qual das duas se saiu melhor na sua temática também, mas a C tava falando então sobre a questão de que a presença da repórter impacta pra negros e o B e a A tinham falado que não tinham reparado, não repararam e também não faz muita diferença como espectador, né. Queria saber então do F e da D, e quem quiser complementar também, como a presença de uma repórter negra impacta para vocês assim? Como isso muda na recepção de vocês?

F - O que eu já tinha visto ali era que, de início eu tinha visto que a apresentadora do programa tipo, era branca e depois fui acompanhando ali a repórter negra, uma coisa que tinha me chamado bastante atenção na segunda reportagem foi como foi guiada e, muitas vezes, era utilizada a primeira pessoa do plural no sentido de que fazia, sei lá, digamos que fazia parte da comunidade ali e enxergava como é que era aquilo e aí tinha um tom até um pouco mais de acolhida assim que, pelo menos ficou bem perceptível, pareceu tipo, uma reportagem muito mais...

A - Próxima.

F - Exato. De acompanhar assim do que propriamente a primeira. Até porque tipo a primeira pegou um tom muito mais dramático na forma como construiu a reportagem e se a gente for olhar tipo, até era a segunda coisa que eu tinha colocado ali naquela pergunta aberta, que foi digamos dessa parte de justamente desse tom muito mais dramático de que não enxergava muito, digamos tipo, uma saída do problema, entregava o problema e pronto. E aí ao mesmo tempo, até os valores, por exemplo, que eram perdidos no PIB eram muito menores do que os valores tipo que eram realmente movimentados pela população negra e, tipo assim, digamos que sei lá, teve uma carência de informação ali que eu achei que foi trazida nessa segunda parte. Então, por exemplo, tipo de 1,5% PIB 79 bilhões, né?

E - Eu achei, inclusive, essa parte bem problemática.

F - É.

E - A forma como aquela informação foi jogada ali, ela foi bem problemática.

F - Exato. Dos 79 bilhões perdidos.

E - Sim, foi uma coisa, tipo "a gente não se importa"...

A - Com as vidas.

E - O que impacta é o quanto o genocídio da população negra impacta no PIB.

F - O quanto é perdido na economia.

D - Eles sempre puxam para esse lado mais econômico e de números, ao invés do que realmente importa no assunto.

A - Sim, da mão de obra, não da pessoa.

E - Exato, bate muito isso, na mão de obra.

B - É muito a institucionalização do negro como coitado né, que tem que ser ajudado pelo herói branco, não sei o quê.

A - Mas isso da linguagem eu percebi bastante. Eu até botei que tinha um distanciamento muito grande na primeira tipo, "aí, vou entrevistar essas pessoas aqui que sofrem...

E - Sim.

A - E daí é isso. E o negócio da solução também, tipo "é um problema, que pena, né?" Nisso o outro pareceu muito, "não, as gurias", eu percebi que quando as gurias tipo, podia estar aqui comigo conversando, "eu conheço elas, né?" Não era aquele objeto lá que eu vou entrevistar. "Ai meu Deus", sabe? Então eu senti bastante isso. E realmente tipo "ai, tem uma solução", e era um assunto também que eu nunca tinha pensado que é "nossa, como é difícil ver alguém, não que eu nunca tinha pensado, mas que falta incentivo né, na área empresarial, enfim, pra conseguir créditos. É algo que pesa e não é algo que a gente vê assim sendo pautado, né?"

D - Me incomoda bastante também, no caso da representatividade, porque a gente é adulta então a gente está acostumada a sempre ver pessoas brancas, mas por exemplo uma criança vendo a reportagem ela gosta de ser representada por uma jornalista negra. Enfim, isso é normal, mas não deveria ocorrer. E algo que me incomoda bastante é de só botarem jornalistas negros nessa pauta.

D - Só para falar exatamente disso. No resto das pautas, não tem. É muito difícil a gente ver, muito muito difícil. O quanto a gente se sente representada pela Maju, por exemplo, no Jornal Nacional. E aí, chega exatamente nessa pauta da consciência negra e bota lá um jornalista negro e não em outras tão importantes quanto.

E - Exato. Eu anotei isso inclusive porque eu acho que isso é uma discussão muito ampla, porque ao mesmo tempo em que a gente percebe a importância da forma como é conduzido as duas reportagens, mesmo que elas falem de coisas diferentes, a presença daquela repórter negra faz a diferença na forma como é conduzida a reportagem e a gente entra nessa questão de que é importante ela como mulher negra abordar também assuntos que ela conduz as coisas de formas diferentes, mas ao mesmo tempo quanto é problemático que a gente enxerga essas pessoas apenas nesse tipo de espaço. Tipo dou voz a uma jornalista negra quando eu estiver falando sobre pautas raciais, fora das pautas raciais tipo, a gente bota outra pessoa, sabe.

D - E nessas pautas sempre tem alguém envolvido com salão de beleza ou empregadas domésticas, as reportagens são sempre assim.

MEDIADOR - Aproveitando então que vocês falaram sobre isso. Vi que vários já falaram sobre né? E queria ver então quem ainda não falou ou quem já falou e queira falar de novo, reforçar algo nesse ponto. Como vocês enxergaram que os entrevistados foram representados na matéria, não só os entrevistados como também os negros em geral que não estão na reportagem, porque as duas trazem dados e falam da população negra no geral. Como vocês, já que alguns falaram sobre estereótipo, sobre a questão do herói branco né, do negro coitado, das posições que eles estão. Então, para quem ainda não falou, acho que seria legal. Como vocês perceberam também a representação dos negros na reportagem? Dos entrevistados e da população em geral.

MEDIADOR - Vocês acham que teve algum estereótipo na primeira ou na segunda que deu para marcar assim os entrevistados com alguma, deu para reparar alguma diferença entre os entrevistados da primeira e da segunda? Sentiram alguma coisa?

E - Sim.

MEDIADOR - O que que tu acha?

E - Eu acho que a primeira reportagem, de forma geral, ela é mais do mesmo né? Fazer aquele apelo de colocar, claro a gente sabe que é um problema real e que existe muito, mas isso é uma coisa que ela é noticiada todos os dias, talvez não numa reportagem especial que fale sobre todo o contexto, mas a gente sabe que é muito comum a gente ligar a TV e ver uma reportagem sobre a morte de um jovem negro. E a construção toda da reportagem é feita dentro disso de “vamos colocar as pessoas aqui como coitados, como vítimas” e falando tipo “ai não, porque eu perdi familiares, perdi amigos”, sabe? Colocando as pessoas o tempo inteiro nesse papel de, tipo, muito afetada por essa realidade como se aquilo ali fosse tipo a principal característica assim, sabe, da população negra digamos assim.

D - Negro é pobre da comunidade.

E - Exato. Afetada pelo tráfico e marginalizada pela polícia tipo...

A - Sim, a vida da pessoa é só aquilo, né.

E - Exato. E na segunda existe todo essa preocupação, inclusive de colocar a fontes que sejam pessoas negras também e que sejam mais, que tenham uma carreira digamos diferente, né. Tinha ali uma psicóloga, tinha uma outra moça...

F - Economista.

D - Da contabilidade.

E - É, uma contadora. Enfim, de colocar essas pessoas num outro lugar e construir aquilo de uma outra forma do tipo “olha como essas pessoas, ainda que a sociedade marginalize essas pessoas, sim elas podem fazer outra coisa que não isso aqui”, sabe? Elas podem não ser as pessoas que só vivem nas periferias, que são afetadas pelo tráfico. E eu percebi que

até a linguagem da segunda reportagem assim, das próprias fontes, ela é uma, eu não sei se didática, não sei se diria que ela não é tão didática, mas que ela realmente traz essas questões raciais de uma forma, tipo...

D - Acolhedora.

E - É, acolhedora, mas também um tipo “estou te passando informações sobre isso”, sabe? Eu tô trazendo esse letramento racial digamos assim.

D - Não estamos jogando informações econômicas, somente.

E - Exato. Sabe, não daquela forma como foi conduzido na primeira. Eu acho que isso é bem importante, bem marcante assim.

MEDIADOR - Beleza. Participante F, eu vi que tu falou bastante sobre os dados né, tu percebeu, anotou e tal, como que tu recebe assim a questão da repórter negra, né? E também sobre as coisas que estavam falando desses estereótipos, tu chegou a reparar em alguma coisa nesse sentido?

F - O que me marcou principalmente eu tinha falado antes, foi a questão da primeira pessoa do plural assim dessa questão de se sentir incluída num acho que não sei qual que é o termo direito, mas justamente nesse sentido de digamos que “estou aqui junto, tipo, estamos juntos nisso” muito no sentido de que acho que ter a repórter ali e os exemplos que foram trazidos em especial na segunda que foi uma coisa que deixou um pouco diferente assim na primeira, acho que eles falaram a respeito de todo mundo que tava ali na sala, mas eles não especificaram direito a identidade de cada uma das pessoas que eram entrevistadas assim e isso é uma coisa que eu achei bem mais legal, tipo na segunda justamente fugir desse estereótipo tipo de colocar, como é que eu posso explicar? Eu acho que fugiu muito dos dados no sentido de trazer novos dados. Uma coisa que me pegou muito ali, justamente foi a questão econômica da segunda entrevista quando uma economista CEO veio falar, tipo da movimentação financeira, não só tipo que era movimentado no mercado, mas que ela podia proporcionar também. Então quer dizer tipo não é só uma questão do estar à deriva dentro do mercado, é uma questão de tipo “eu movimento o mercado também”, tipo, ela é justamente fazendo isso. Acho que isso foge muito do estereótipo do tipo, “não tenho controle a respeito disso” e de começar a tomar controle também sobre.

MEDIADOR - Alguém quer contribuir com alguma coisa sobre isso?

B - Não, acho que era bem o que vocês tavam falando. Tipo, a primeira reportagem tem uma lógica de distanciamento, de “nós grande mídia aqui população negra lá, eu vou lá fazer ali o meu papel de fazer reportagem sobre isso, depois a gente volta a programação normal” e a outra, não. Ela tem uma pegada um pouco mais até antropológica de inserção na comunidade, de realmente identificação com o tema, enfim.

E - É, a primeira reportagem parece que é “essas pessoas aqui tem esse dado aqui e é isso aqui” e a outra ela tá mais incluída, ela tá inserida dentro desse contexto então ela se sente

parte, torna a reportagem bem mais eficaz, didática e acolhedora, não só “essas pessoas aqui sofrem disso aqui e é isso”, acabou.

F - Exato. Foi tipo uma coisa muito pegar as pessoas que foram entrevistadas e colocar tipo “vocês são esses dados”...

D - “Vocês são esse grupinho aqui e esse aqui”.

F - Exatamente.

MEDIADOR - Então, como eu falei, não dá para comparar assim em relação a qualidade das duas porque são temas bem diferentes, né? Vocês falaram bastante sobre como cada uma se saiu na sua temática. Aí eu queria então saber, tem uma das perguntas ali que era sobre a o direcionamento das matérias né, pra qual público seria, público negro ou geral, eu vi que pra ti (E) gerou uma indecisão ali, né. Então se alguém quiser falar sobre isso, começar a falar ou então a E começa. Qual foi a tua dúvida ali nesse sentido?

E - A minha dúvida foi porque eu achei que a primeira reportagem ela, na verdade, ela tá voltada para a população branca no sentido de que talvez ela aborde as pessoas negras da forma como a mídia branca tá acostumada a fazer, sabe, colocando nesse papel de vítima e para uma pessoa negra que liga a televisão aquilo ali não é interessante eu ver mais do mesmo, sabe, eu ver o que eu já sei sobre minha realidade. Então eu acho que ela acaba ficando muito presa nisso, talvez até não fosse a ideia ou talvez tenha sido a ideia, né, já que é uma matéria especial sobre consciência negra, eu acho que não são as pessoas negras que precisam se conscientizar a respeito disso. Mas enfim, até a gente pode acho que não cabe aqui, mas entrar também no papel e que tipo de representatividade a gente tá mostrando para essas pessoas brancas que se a gente tá realmente cumprindo esse papel de consciência e eu acho que a segunda reportagem ela aí ela é muito mais voltada, ela pode ser voltada para população branca também no sentido de de tipo de eu olhar e entender, diferentemente daquilo que mostrou na outra as pessoas são mais do que isso, mas acho que voltar da principalmente para as pessoas negras no sentido de entender que talvez a partir daquilo ali tu faça essa compreensão de que tu pode muito mais do que aquilo que a mídia tá te falando, sabe ou que as pessoas ao teu redor estão falando ou que a sociedade em si diz que tu pode, entendeu? Talvez aquilo ali atinja, eaí falando muito de dentro do jornalismo, porque a gente sabe que principalmente a televisão, ela é um meio de comunicação muito massivo e que ela atinge todos os tipos de pessoas. Às vezes, uma pessoa na periferia ou uma dona de casa, uma mulher negra que nunca pensou que ela poderia fazer mais do que aquilo que ela faz, ela se enxerga ali representada por alguém que teve essa ascensão social, ela pensa “bah, realmente talvez eu possa fazer isso também”, sabe? Estar mais além do que aquilo que a sociedade impõe que ela deveria estar, eu acho que isso é essencial assim, eu acho que aí a gente entra no nosso papel

enquanto mídia de levar o que é interessante para as pessoas que realmente possa ser construído e que agregue valor a vida das pessoas.

MEDIADOR - Entendi. Alguém quer contribuir sobre esse tópico?

C - Eu só quero fazer uma ressalva que concordo obviamente contigo (E) e eu acredito que para esse cenário acontecer para que isso seja possível, tem que ter a inserção de pessoas negras no jornalismo, porque isso afeta diretamente na questão de como tu vai abordar. E eu falo até num sentido de, não quero dizer que a primeira reportagem eles tenham feito de mau gosto, mas faz muito parte de como os brancos são educados, de como a gente é educada, entendeu? Então não é “ah, nossa vou fazer”, talvez eles quisessem fazer com uma boa intenção, mas tem que estar mais no nosso dia a dia, no nosso cotidiano, essas políticas assim raciais, porque senão a gente não sabe como abordar tanto para quem é branco quanto para quem é negro.

D - Acho que, eu concordo com as duas, e a primeira reportagem ela passa um ar de “estou apenas atualizando os brancos sobre estes dados aqui das pessoas negras” e a segunda a gente já tem uma representatividade e a gente vê “nossa, que legal ela é contadora, eu posso ser contadora, que legal lá no salão, posso abrir um salão. Então eu acho que é isso, não que seja feita de mau gosto como ela (C) disse, mas é a forma como a gente é educada. Então eles passam exatamente esse ar de “ah, toma aqui esses números, estou atualizando vocês sobre o que está acontecendo”, mais do mesmo e é isso. E isso me incomoda bastante.

E - Eu acho que, citando uma outra situação que também tem a ver com essa questão da mídia, a gente um tempo atrás, para quem não sabe que eu estudo aqui na PUC também faço jornalismo, e a gente teve numa cadeira a presença da Kelly Costa que é apresentadora do Globo Esporte aqui do Rio Grande do Sul. E aí ela citou outras coisas que ela tava falando sobre uma matéria que eles fizeram quando teve o caso de racismo contra o Taison no jogo do Inter e tal, e aí ela comentou sobre que ela fez o texto da matéria e tudo mais, mas que ela pediu para a Fernanda (Carvalho) que é apresentadora também, que não é da parte de esportes né. Ela disse que bateu o texto junto com a Fernanda e tal e foi a Fernanda que fez a narração da reportagem e apareceu no final e aí a gente levantou isso assim sobre tipo, que bom que ela como pessoa branca, entendeu a necessidade de que aquilo ali não fosse protagonizado por ela, que fosse feito por uma mulher negra que entende aquilo ali, mas que também como isso mostra o quanto a mídia carece dessas figuras, entendeu? Porque a gente sabe que pessoas negras também fazem jornalismo e outros né, estão na área de comunicação no geral, mas o quanto essas pessoas não chegam até esses espaços de grande mídia que são veiculados para as pessoas, tipo.

MEDIADOR - Aproveitar que tu falou sobre isso, queria ver então, botar mais uma questão na roda que eu achei que ia até ia aparecer naturalmente que é o termo local de fala.

Ninguém chegou a citar, ninguém falou sobre o local de fala e queria então perguntar assim para quem quiser responder primeiro como que vocês enxergam brancos falando sobre racismo e negritude? Digo racismo quando são pautas depreciativas né, quando são questões que trazem o negro como oprimido ou com alguma questão nesse sentido e negritude como uma pauta que como a segunda por exemplo, que também poderia ser feita por uma mulher branca, nesse caso era uma mulher negra. Como vocês enxergam brancos nesse papel de transmitir essas informações e essas vivências da negritude? Como vocês recebem isso assim?

C - Eu lembro que quando esse termo “local de fala” ele foi inserido assim, tipo mais conhecido, popularizado pelas pessoas, deu bastante polêmica assim. Eu lembro que tipo eu tava no, sei lá, oitavo, nono ano da escola e aí eu sempre estudei em escola particular, então eu sempre vivi com vários colegas brancos assim e aí eu lembro que a professora trouxe esse termo e aí meus colegas começaram a falar “ah, mas como assim agora a gente não vai mais poder falar”, entendeu? “Agora racismo só quem fala é o negro” assim, eu fiquei, mas não é assim o que acontece. Porque os brancos, nessa questão do racismo né, mas tem vários temas como machismo, enfim, mas nesse caso do racismo não é um local onde fala não seria sobre o negro porque, assim, o racismo ele é brancos e negros, né? Ele é causado pelos brancos, né. A gente sabe muito bem, mas o que que acontece, os negros, eles nunca foram ouvidos, né? Eles sempre foram oprimidos assim nunca tiveram voz para falar dessa situação assim no geral. Então não é um local de fala, ele eu acho que é uma questão de tu dar voz para quem precisa, entendeu? Para quem sofre na pele esse problema e aí é um, como é que eu posso dizer, é uma questão assim de humildade até, porque não é fácil para os dois lados né. Tu tem que, porque o branco ele sempre foi/esteve assim acostumado a ensinar, a passar o conhecimento e aí do nada tipo, “para aí, eu vou ouvir um negro me ensinar sobre racismo?” Sim, entendeu? Não é ensinar sobre racismo, mas tu entender a outra perspectiva, entendeu? Eu acho que é sobre isso.

MEDIADOR - O que tu sente vendo a primeira reportagem feita por uma mulher branca?

C - O que eu sinto, assim? Ah, eu vejo que traz o problema ali, mas fica muito superficial assim, não agrega nada na minha vida. Eu já sei que isso acontece. Tipo para o branco, pode ser “ah, nossa”, um território distante assim né, porque tem isso também que os colegas aqui pautaram que é uma visão de fora né, quando na verdade não é. A gente tá inserido. A gente faz parte disso, do problema sim.

MEDIADOR - Vocês concordam com isso?

E - Sim, mas eu tenho uma ressalva que na verdade é de ser pontuado, mas que para mim não é uma coisa também que eu acho muito difícil porque é realmente uma linha muito tênue de eu concordo muito com essa questão de tirar pessoas brancas desse espaço de superioridade intelectual no sentido de “sim, vamos ouvir uma pessoa preta falando sobre”,

mas eu também acho que existe muito essa movimentação, se criou muito essa movimentação de então colocar pessoas pretas para falar sobre racismo o tempo inteiro sabe? Tipo vamos falar sobre isso, vamos falar sobre isso, tipo pessoas pretas têm capacidade de falar sobre qualquer outra coisa, entendeu?

C - Exatamente.

E - Elas não precisam estar, só aparecer quando é para ser falado sobre pautas raciais e isso é uma coisa que incomoda muito, né, então. Mas que ao mesmo tempo também é uma linha muito tênue porque tipo, é importante que as pessoas brancas, elas debatam entre si sobre racismo, sobre o papel delas quanto pessoas brancas dentro do racismo estrutural, claro que isso é perigoso porque às vezes vai lá uma pessoa branca que fala totalmente absurdos com relação a isso, então eu acho que é uma linha muito tênue assim, não entro muito no mérito de tipo dizer o que é certo, o que é errado, mas que tem esse contraponto assim também que eu acho que é interessante.

C - É verdade. Eu realmente pensei nisso, porque tipo assim a gente como negra, eu me sinto nessa obrigação de estar envolvida em causas raciais, antirracistas, mas eu sou muito mais que isso. Tipo, pô, eu gosto de falar de futebol, gosto de falar de entretenimento, tipo eu quero trabalhar nessa área assim cultural, sabe. E tipo isso não envolve só o racismo, então é importante a gente ter essa noção que a gente não tá aqui também para ensinar os brancos, né? Porque a gente tá cansado de ensinar, então eu quero ter meu tempo para me divertir, entendeu? Não preciso ficar explicando toda hora e tem muito essa perspectiva que tu (E) trouxe muito real, né? Tipo, pô, o que que tá acontecendo, explica aqui como é que é o racismo, tipo porra, vai pesquisar, vai se informar sobre, eu não sou teu guia, sabe. Que coisa chata.

F - Ao mesmo tempo que eu cria esse movimento de validação também tipo daquilo que está acontecendo no sentido de que tipo, tirar, que nem tu tinha falado, tirar os brancos desse papel de superioridade, também cria essa bengala, tipo assim, porque daí acaba sendo muito fácil falar “não é o meu lugar de fala, não tenho porque ficar me interessando a respeito disso” e jogar toda a carga de responsabilidade para a população negro.

C - É uma linha bem tênue assim.

A - É uma desculpa para se isentar tipo “ai não posso falar então”, sabe, para não cometer, sei lá...

E - E eu acho que é a importância da mídia trazendo esse tipo de assunto é justamente essa, sabe, trazer esses debates para quem precisa de fato debater sobre isso porque pessoas negras elas sabem sobre a história delas, elas sabem sobre o potencial, sobre a capacidade, mas é justamente fazer outras pessoas pensarem, sabe, tipo vocês quando começou, acho que foi tu (A) que falou, né? Tipo “ai eu não tinha reparado essa falta de representatividade para mim como uma pessoa branca não me afeta.” E isso também é

interessante de ver do tipo assim, “nossa, realmente pra mim não me afeta, mas eu parei para pensar sobre isso e que bom, a partir disso que eu vi despertou em mim uma reflexão sobre isso” e de repente eu levei isso pra minha casa e eu conversei com os meus pais, eu levei isso, sei lá, pra faculdade e a gente fazer isso circular, sabe. Eu acho que esse é o grande ponto da mídia em abordar esse tipo de coisa.

A - É, até outra questão, depois que também eu não tinha nem pensado foi para qual público eram as matérias, tipo quando eu olhei eu pensei tipo “óbvio que é para todos” tipo, sabe. Daí depois quando tu (E) falou “não, a primeira era claramente para brancos”. Ah, é verdade. Tipo, tava ali passando tipo o que você já sabem que tá todo mundo careca de saber, enfim, tinha toda uma narrativa por trás, né? Então eu não tinha parado para pensar depois que tu (E) falou tipo, nossa ficou muito claro, sabe. Aquela matéria ali, tipo não vai contribuir em nada sabe? Então foi bem assim também tipo, que eu tô ali, a gente tá né sempre ali no nosso, no nosso, no nosso e a gente não para pensar tipo, bah, sabe. Tem que ser um negócio que é exercitado e tem que aparecer pra gente se dar conta porque senão a gente fica ali sempre.

MEDIADOR - Aproveitando que tu falou sobre isso então, só para ir encaminhando pro final, o B e a A tinham falado sobre não repararem, foi sobre isso essa fala que tu teve agora de não perceber mesmo né qual era a raça do repórter. Para vocês então também passa despercebido no sentido, vocês também não se importam se são brancos falando sobre racismo ou negros falando sobre racismo? Vocês não perceberiam isso também? Isso não chama a atenção de vocês?

A e B - Não.

B - Acho que é muito mais a questão da qualidade da informação do que a raça de quem tá falando, óbvio que a pessoa que é negra vai ter muito mais intimidade com assunto, vai ter muito mais até vontade de falar sobre até, enfim, uma apropriação cultural mesmo.

A - É, tipo, talvez de perceber, analisar, botar um repórter branco para fazer uma matéria que fala sobre a realidade negra talvez seja um pouco né, bah tu realmente não tinha outra pessoa ali na tua equipe para fazer. Que nem aquela campanha do MC Donalds no dia das mulheres, botamos todas as mulheres para trabalhar. Tipo, um negócio assim, mas de cotidiano assim, de olhar e “nossa, um negro”, não, sabe. Não perceberia, mas se parar para analisar realmente, tipo.

MEDIADOR - Beleza. Alguma consideração final? Alguém quer falar alguma coisa?

C - Eu queria falar que assim, a gente só vai ligando e tendo consciência do que está acontecendo, quando cada vez mais a gente tem esse espaços que não são segregatórios, sabe? Quanto mais assim, diversidade tivermos nos ambientes que a gente frequenta, a gente vai começar a se ligar pô, tem um colega ali que, sabe, tu vai se ligando. Então se eu viver num ambiente, eu negra vivendo num ambiente só com negros e o branco viver só

num ambiente com brancos não vai adiantar nada, entendeu? Então é essencial esse ambiente diversificado tanto de cor, gênero, tipo em vários sentidos assim.

E - E eu acho que mais além da questão da diversidade, da gente ter esse espaço de realmente parar e pensar sobre isso e debater, sabe, porque eu acho que a gente cresce nas ideias, sabe. De repente eu pensei uma coisa que tu não pensou e aí eu compartilhei aquilo e tu pensou sobre isso e um pensamento vai gerando o outro e eu acho que é assim que a gente constrói as coisas.

AUXILIAR - Eu tenho uma pergunta. No cotidiano de vocês, vocês prestam atenção nessas coisas ou vocês costumam fazer mais isso nos momentos de comparação mesmo?

D - Eu presto atenção. Sempre que eu entro em algum lugar eu conto quantas pessoas negras tem. Normalmente é uma ou duas e eu faço parte delas. Mas eu sempre presto atenção nisso, seja em reportagem quanto em locais que eu frequento, no trabalho, faculdade e tudo.

C - É, eu acredito que principalmente nesses ambientes assim tipo em que a presença negra, tipo é menos representativa, eu com certeza eu procuro assim, tipo eu fico analisando assim porque a gente tá acostumada a ser minoria nesses espaços assim.

B - Interessante, eu tenho uma percepção diferente, tipo eu me criei em Belém do Pará, eu sou daqui, mas eu me criei lá e lá tem muito mais pessoas negras e indígenas do que aqui. Quando eu cheguei aqui eu fiquei tipo “caralho, quanto branco”. E era interessante porque lá tipo eu andava na rua, eu percebi que eu chamava atenção por eu ser da cor de papel, aqui não, aqui as pessoas não reparam. Na verdade, e é um olhar diferente, né? Não é um olhar de desconfiança, é um olhar de, eu acho que vocês entenderam o que eu quero dizer.

C - É o contrário.

B - Isso.

MEDIADOR - Mais alguma coisa? OK, então vou parar a gravação.

APÊNDICE B - FORMULÁRIO PARA SABER O PERFIL DOS POSSÍVEIS CANDIDATOS

1. Nome completo
2. Idade
3. Raça
4. Curso / Universidade
5. Com qual frequência você assiste telejornais? (ex.: Jornal Nacional, Jornal da Band, Jornal da Record...)
1 – 5
6. Você se considera uma pessoa antirracista? Assinale considerando 1 como pouco envolvido(a) na causa e 5 como muito envolvido(a).
1 – 5
7. Deixe sua forma de contato mais adequada (WhatsApp, email, perfil do instagram)

APÊNDICE C – FORMULÁRIO APLICADO AOS PARTICIPANTES DO GRUPO FOCAL APÓS EXIBIÇÃO DAS REPORTAGENS

1. Nome

2. Na tua opinião, é dever do jornalismo defender os direitos do cidadão, promovendo as garantias individuais e coletivas?

- a. Sim, acredito que seja dever da profissão.
- b. Não, acredito que seja dever de outras classes e órgãos apenas.
- c. Não tenho uma opinião sobre isso.

3. Qual (is) das frases melhor define (m) teu sentimento ao assistir as reportagens? Assinale as opções que te representem.

- a. As reportagens enriqueceram minha visão sobre as temáticas abordadas.
- b. As reportagens não me agregaram, pois as temáticas abordadas não me impactam.
- c. Já conhecia os problemas abordados, mas é bom saber que estão sendo veiculados pela imprensa.
- d. Já conhecia os problemas abordados, mas penso que deveriam ser mais divulgados pela imprensa.

4. Além da temática abordada (uma trata da violência e a outra de empreendedorismo), quais outras diferenças você conseguiu perceber entre as reportagens? Cite ao menos duas.

- a. Acredito que as duas estejam voltadas para o público geral.
- b. Acredito que a primeira esteja voltada apenas para o público negro.
- c. Acredito que a segunda esteja voltada apenas para o público negro.
- d. Acredito que as duas estejam voltadas apenas para o público negro.

5. Das 9 pessoas entrevistadas nas reportagens, quantas delas são negras?

- a. 3 das entrevistadas são negras.
- b. 6 das entrevistadas são negras.
- c. 8 das entrevistadas são negras.
- d. 9 das entrevistadas são negras.
- e. Não sei, não reparei nisso.

6. Na primeira reportagem (sobre violência) o/a repórter era...

- a. Um homem branco.
- b. Uma mulher branca.
- c. Um homem negro.
- d. Uma mulher negra.
- e. Não sei, não reparei nisso.

7. Na segunda reportagem (sobre empreendedorismo) o/a repórter era...

- a. Um homem branco.
- b. Uma mulher branca.
- c. Um homem negro.
- d. Uma mulher negra.
- e. Não sei, não reparei nisso.

8. Opcional: Conseguiu perceber algum elemento nas reportagens que tenham relação com a raça dos/das repórteres?

APÊNDICE D - ENTREVISTA COM LIZIANE GUEDES SOBRE ADOÇÃO INTERRACIAL

Felipe - Gostaria de perguntar como é que tu enxerga essa relação de pais e filhos de diferentes raças. É benéfica sempre ou pode, de alguma forma, ser traumática para um dos dois envolvidos?

Liziane - Então a primeira pergunta que tu me faz assim né, se toda ação especialmente adoção interracial é benéfica ou se ela pode ser traumática para um dos lados envolvidos, né? Então a primeira questão que eu acho importante de dizer é que a adoção sempre começa com uma ruptura, ela sempre se inicia porque em algum momento alguma das partes envolvidas né, antes da criança ou adolescente chegar no contexto do acolhimento para então poder ser adotado, antes disso já houve uma ruptura com a família de origem como a gente diz que a criança surge, né? Então em geral já envolve um trauma a priori, certo? Então, entender isso é importante para que as pessoas possam se dar conta que construir uma relação a partir da via da adoção significa já lidar com dores e com lutos até, eu diria, prévios ao encontro dessa criança ou adolescente com essa pessoa que deseja adotar. Então, eu diria de início assim, que ela com certeza envolve sempre um trauma já nesse sentido, mas em termos de adoção interracial vai depender, sobretudo, do quanto os adultos envolvidos nessa relação, os futuros pais e mães, no caso da adoção geralmente pessoas brancas, estão ou não abertos para o debate das relações étnico-raciais. E aí eu digo isso assim, porque no Brasil a gente tem uma construção histórica, socioeconômica e sociocultural que faz com que todas as pessoas ou a maioria de nós sustente uma ideia que a gente chama de mito da democracia racial. Seira essa ideia, essa perspectiva romântica, de que no Brasil todos vivem harmoniosamente, negros brancos e indígenas. Essa democracia racial foi sustentada por Gilberto Freyre com aquele livro Casa-Grande & Senzala, que foi difundido internacionalmente, motivo pelo qual muitas pessoas fora do Brasil acham que no Brasil nós vivemos todos felizes sambando, jogando futebol e bebendo cerveja, né? Coisa que nós gostamos de fazer, mas a gente não faz isso, né. Brasil tem muito mais questões do que somente essa. Então acho que o primeiro ponto para entender uma adoção interracial e os desafios que ela traz é entender essa construção histórica e essa cultura sobre raça no nosso país. A maioria das pessoas não têm essa compreensão justamente por essa democracia racial que é sustentada historicamente por autores como Gilberto Freyre e que foi e é hoje ainda difundida em todos os veículos de comunicação. Então a primeira coisa a fazer é entender isso, entender que é um mito e problematizar isso para que eu entenda que não basta que eu simplesmente adote uma criança, eu preciso adotá-la com toda sua bagagem, com toda essa história com todas as suas dores e amores. Enfim, para que só a partir disso a gente construa um vínculo, uma conexão efetiva. Quando eu adoto uma criança negra, quando eu sou uma pessoa branca que adota uma criança ou adolescente negros, vem junto com ele toda uma história do povo negro no Brasil, né. Tem muitas pessoas brancas que nunca pensaram sobre isso. Muitas pessoas brancas nunca se perceberam também enquanto pessoas que têm raça. A raça é uma construção social, né? A gente sabe disso, mas todos nós temos uma característica fenotípica, ou seja do corpo que denuncia, que informa o outro de qual razão nós somos, certo? Eu sou uma pessoa negra que tem características, como a gente diz né, fenotipicamente negróides, ou seja, nariz, boca, cabelo, tom de pele, né. Pessoas brancas também têm características de pessoas brancas no sentido da cor da pele, no sentido do tipo do nariz, no sentido do tipo da boca, do tipo do cabelo, mas a sociedade sustenta uma ideia de que ser branca é ser neutro e ser negro é que é ter raça. A primeira perspectiva que a gente precisa ter para adotar uma criança negra em uma família interracial é desconstruir a ideia de que ser branco é ser neutro. Ser branco é estar em um dos pólos de uma relação de desigualdade, de opressão, que tem a ver com o racismo nas estruturas. Então eu preciso pensar sobre isso quando eu adoto uma criança negra ou adolescente, senão a chance de que eu reproduza o racismo dentro da minha casa com essa criança e adolescente que já viveu perdas e quebras de

vínculos antes, é muito grande. E aí a gente teria, sim, uma experiência que seria traumática para ambos os lados porque ela seria traumática para essa mãe ou o pai que desejou muito ser mãe ou pai, porque pessoas que adotam desejam muito porque elas levam muito tempo para chegar nesse lugar por vários motivos que não vem ao caso agora seja por infertilidade, seja por fazer parte da comunidade LGTB, enfim, sejam os elementos que forem. Então, é traumático para uma pessoa branca adotar uma criança e não conseguir amá-la por inteiro porque não consegue enxergar que a cor dela é mais um elemento e que o racismo não é culpa dela, e também é traumático para criança ou adolescente ter uma mãe ou um pai que ela também desejou muito e que não a ama por inteiro.

Felipe - Tem alguma outra questão que queira acrescentar sobre o assunto?

Liziane - Enquanto uma pesquisadora do campo da adoção né, eu acho que tem um outro elemento ou outros elementos que são anteriores a esse encontro que está justamente relacionado ao processo de habilitação dos candidatos, essa futura mãe ou esse futuro pai que ingressa lá com seu pedido pra se tornar uma pessoa habilitada para adotar e que aguarda dentro da fila de espera, dentro do Sistema Nacional de Adoção, né. Dentro deste percurso, eu sinto e não é só um sentimento, a gente tem pesquisas que sinalizam isso, que a formação, que as varas hoje na Infância e Juventude conseguem dar conta, no que diz respeito a pensar as relações étnicoraciais, deixa a desejar, vou usar essa expressão. Seríamos muito mais para trabalhar de fato com as famílias neste primeiro momento de habilitação e de fila de espera, porque este tempo de fila de espera, ele é um tempo significativo que existem várias angústias de ansiedades para quem está aguardando para adotar que não necessariamente consiga pensar sobre tudo aquilo que quando eu me tornar pai e mãe vai vir de fato, a gente sabe como é quando a gente se torna, né? Ao menos dizem, eu também não sou mãe, então acho que é importante frisar isso, mas eu sinto que é pensar sobre essas questões durante a habilitação é essencial durante a espera. E vejo que as ONGs, sobretudo os grupos de apoio, têm dado conta muito mais deste debate do que o próprio Estado hoje consegue dar. Eu entendo que né, enfim, quem trabalha nas áreas de Infância e Juventude tem muitas demandas. Eu não quero fazer uma crítica vazia, descolada da realidade, mas a gente vê que pensar sobre isso, cuidar disso desde o início é fundamental para todo o vínculo entre família. Ali que pode definir o que vai ser a relação e, enfim, o futuro da criança e dos pais também.

Felipe - Perfeito. Muito obrigado.